

**Óleo e Gás Participações S.A. -
Em recuperação judicial**
(Anteriormente denominada OGX Petróleo e Gás Participações S.A.)

Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015 com Relatório
dos Auditores Independentes sobre a
Revisão das Informações trimestrais -
ITR

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	11
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às informações trimestrais	20
Informações Trimestrais - “Formulário CVM”	59

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar” ou “Companhia”) - em Recuperação Judicial, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração, as Informações Trimestrais (ITR) e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes referente ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado.

1. Mensagem da administração

O terceiro trimestre de 2015 foi desafiador para o setor de produção e exploração de petróleo não somente pela manutenção do cenário de baixo preço do petróleo no mercado internacional - com impacto direto sobre as receitas.

Após cerca de 15 meses no processo de recuperação judicial, a OGPar continua focada no cumprimento das etapas previstas no plano de reestruturação - exceto pelos fatores exógenos, como desvalorização cambial e queda no preço do petróleo - para garantir o máximo de eficiência nos processos internos e assegurar a continuidade da produção em meio às condições de mercado mais adversas.

Avançamos com as negociações no Campo de Tubarão Azul relacionadas à devolução da plataforma FPSO OSX-1, tendo solicitado à ANP a suspensão temporária da produção neste campo a partir de 31 de agosto de 2015. Este foi mais um passo importante da Companhia em sua estratégia para minimizar os custos de abandono do campo, num contexto de cumprimento das mais rígidas obrigações regulatórias e ambientais.

Continuamos trabalhando para alcançar um acordo em relação aos custos de operação e manutenção do FPSO OSX-3 e empreendendo esforços para concluir a venda das ações de titularidade da OGX P&G no capital social da Parnaíba Gás Natural S.A. ao mesmo tempo em que consideramos alternativas de *farm outs* e *farm downs* dos blocos na margem equatorial. Todas essas ações são relevantes e podem contribuir fortemente para que a Companhia alcance a estabilidade financeira que necessita para emergir da recuperação judicial.

A Companhia continua investindo no promissor campo de Atlanta através da sua subsidiária OGX Petróleo e Gás S.A. (“OGX P&G”) e espera o primeiro óleo em meados de 2016. Conforme fato relevante de 26 de outubro de 2015, a OGX Áustria GmbH, subsidiária integral da OGX P&G, assinou um contrato de venda de óleo com a Shell Western Supply and Trading Ltd. da parte correspondente à OGX na produção para o Sistema de Produção Antecipada do campo de Atlanta.

A produção dos quatro poços em Tubarão Martelo totalizou 856 mil barris de petróleo no terceiro trimestre de 2015, comparando com 920 mil barris no segundo trimestre. O volume de produção permanece em queda como resultado da contínua ausência de investimentos no campo devido às condições econômicas e de viabilidade financeira. Tubarão Azul produziu um total de 223,6 mil barris de petróleo no terceiro trimestre de 2015.

Em 14 de agosto de 2015, a Companhia e sua subsidiária OGX P&G informaram a celebração do Primeiro Aditamento ao Contrato de Suporte e *Standstill* junto aos credores que detêm a maioria das debêntures conversíveis emitidas em 13 de fevereiro de 2014 e dos créditos decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento à Exportação celebrado em 9 de abril de 2014, que prorrogou o prazo de *standstill* para o dia 30 de outubro de 2015. Tendo em vista o vencimento deste prazo, a Companhia negocia nova prorrogação que possa proporcionar ao Grupo OGX um período adicional de tempo para realizar o pagamento do Empréstimo Adicional e satisfazer as condições precedentes para a conversão das Debêntures DIP.

A administração da Companhia acredita que os fundamentos do setor permanecem fortes e espera que ela possa sair da recuperação judicial até o final do segundo trimestre de 2016, estando preparada e bem posicionada para beneficiar-se de uma retomada do mercado, atraindo novos investimentos e atuando em novos projetos.

2. Destaques operacionais

2.1 Produção e desenvolvimento

2.1.1 Bacia de Campos

2.1.1.1 Campo de Tubarão Azul

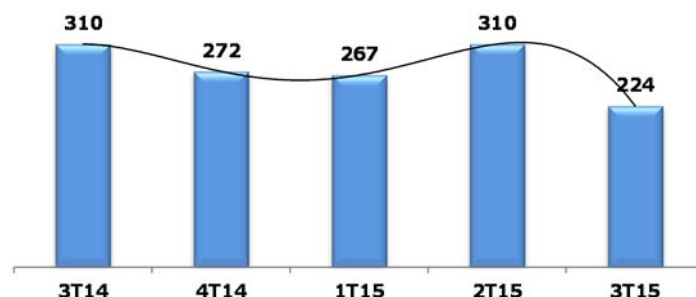
A - Produção

A produção do campo de Tubarão Azul no 3T15 foi de 223,6 mil barris de óleo em comparação aos 309,8 mil barris de óleo no trimestre anterior e aos 310,1 mil barris de óleo no 3T14. A redução significativa da produção com relação ao trimestre anterior é consequência da suspensão temporária da produção no poço 9-OGX26HP-RJS no dia 31 de agosto de 2015, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 28 de agosto de 2015.

A OGX solicitou à ANP a suspensão temporária da produção do Campo de Tubarão Azul por até um ano e estuda alternativas para retomar as atividades considerando a utilização de novas tecnologias e viabilidade econômica do campo. A parada da produção no âmbito da negociação para devolução da plataforma FPSO OSX-1 faz parte da estratégia da Companhia para minimizar os custos de abandono do campo, num contexto de cumprimento das mais rígidas obrigações regulatórias e ambientais.

Importante ressaltar, no entanto, que a desmobilização da FPSO OSX-1 e sua consequente devolução para a OSX 1 Leasing B.V. ainda estão sujeitas à aprovação das autoridades brasileiras, assim como as negociações com a OSX 1 Leasing B.V., seus respectivos credores e OSX Serviços Operacionais Ltda. - em Recuperação Judicial, mencionadas no Fato relevante de 07 de abril de 2015, ainda estão em curso.

As informações do gráfico abaixo referem-se a 100% do campo e não apenas à participação de 28,57% que a Companhia detém na OGX P&G.



B - Resultados da operação de Tubarão Azul

A seguir apresentamos os dados financeiros da operação do FPSO OSX-1 no campo de Tubarão Azul: (i) EBITDA pro-forma; (ii) custos diários; e (iii) custo por barril.

No primeiro semestre de 2014 os custos acordados de leasing do FPSO OSX-1 e de O&M foram reduzidos significativamente para US\$ 35 mil/dia e US\$ 85 mil/dia, respectivamente. No início do terceiro trimestre de 2015 a Companhia acordou a redução dos custos de O&M para US\$ 50 mil/dia e a suspensão dos custos de leasing do FPSO OSX-1. Não obstante, com a interrupção da produção, a Companhia está isenta dos pagamentos referentes à Operação e Manutenção no Campo de Tubarão Azul.

As informações do gráfico abaixo referem-se a 100% do campo e não apenas à participação de 28,57% que a Companhia detém na OGX P&G.

FPSO OSX 1 - TBAZ		R\$ ('000)	
Descrição	YTD Q3/15	YTD Q3/14	
Dias de operação	263	208	
Produção vendida	849.000	815.000	
Preço unitário - R\$/bbls	134,28	208,15	
Receita líquida	114.002	169.644	
Royalties	(12.237)	(17.854)	
Leasing	(10.253)	(23.415)	
Serviços (O&M)	(56.462)	(44.278)	
Logística	(54.727)	(40.408)	
Outros	(2.767)	(2.590)	
Custo do produto vendido	(136.446)	(128.545)	
EBITDA	(22.444)	41.099	
% EBITDA / Receita líquida	-19,69%	24,23%	
EBITDA / bbls - Em R\$	(26,44)	50,43	

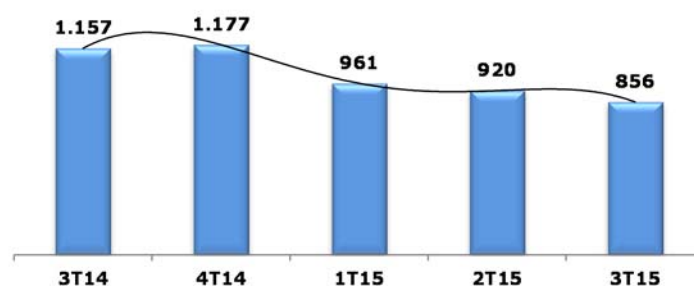
2.1.1.2 Campo de Tubarão Martelo

A - Produção

A produção do campo de Tubarão Martelo no 3T15 foi de 856 mil barris de óleo em comparação aos 920 mil barris de óleo no trimestre anterior. No 3T14 a produção totalizou 1.157 mil barris de óleo.

A redução gradual da produção deve-se à não realização dos investimentos necessários no campo em função da queda vertiginosa do preço do petróleo no mercado internacional desde o início de 2015.

As informações do gráfico abaixo referem-se a 100% do campo e não apenas à participação de 28,57% que a Companhia detém na OGX P&G.



B - Resultados da operação de Tubarão Martelo

A seguir apresentamos os dados financeiros da operação do FPSO OSX-3, no campo de Tubarão Martelo: (i) EBITDA pro-forma; (ii) custos diários; (iii) custo por barril.

As informações do gráfico abaixo referem-se a 100% do campo e não apenas à participação de 28,57% que a Companhia detém na OGX P&G.

FPSO OSX 3 - TBMT		R\$ ('000)	
Descrição	YTD Q3/15	YTD Q3/14	
Dias de operação	274	235	
Produção vendida	2.801.000	2.483.918	
Preço unitário - R\$/bbls	134,85	210,35	
Receita líquida	377.725	522.504	
Royalties	(43.486)	(61.109)	
Leasing	(210.839)	(128.316)	
Serviços (O&M)	(56.706)	(66.803)	
Logística	(108.851)	(75.095)	
Outros	(14.967)	(5.798)	
Custo do produto vendido	(434.849)	(337.121)	
EBITDA	(57.124)	185.383	
% EBITDA / Receita Bruta	-15,12%	35,48%	
EBITDA / bbls - Em R\$	(20,39)	74,63	

Os custos de Operação e Manutenção para o FPSO OSX-3 continuam sob renegociação e a Companhia manterá o mercado informado sobre sua evolução.

2.1.2 Bacia de Santos

2.1.2.1 Desenvolvimento dos Campos de Atlanta e Oliva (“BS-4”)

Localizado no Bloco BS-4, na Bacia de Santos, Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, situado a 185 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, em lâmina d’água de aproximadamente 1.500 metros. A OGX possui participação de 40% no consórcio, em parceria com a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda., com 30% de participação, e com a operadora Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), também com participação de 30%.

O início de operação do Sistema de Produção Antecipada (SPA) de Atlanta está programado para meados de 2016. Nesta primeira fase, o potencial de produção é estimado em 25 mil bbl/d, podendo atingir cerca de 30 mil bbl/d com até três poços produtores, dois dos quais já estão perfurados e equipados com árvore de natal molhada e bomba submersa. O FPSO Petrojarl I, que receberá o óleo do Campo de Atlanta durante o SPA, já está contratado e deverá chegar no primeiro semestre de 2016. O afretamento, bem como o contrato de operação e manutenção do FPSO, tem duração de cinco anos, com cláusula de rescisão válida após o terceiro ano. Além disso, o Consórcio já contratou os equipamentos e as soluções submarinas.

Conforme fato relevante de 26 de outubro de 2015, a OGX Áustria GmbH, subsidiária integral da OGX P&G, assinou um contrato de venda de óleo (COSA - Crude Oil Sales Agreement) com a Shell Western Supply and Trading Ltd. (“Shell”) da parte correspondente à OGX na produção para o SPA do campo de Atlanta. O contrato assinado tem prazo de três anos, podendo ser estendido por mais um ano. A venda do óleo para a Shell será FOB no FPSO, com mecanismo de preço *netback*.

O capex estimado para 2015-2016 até o *first oil* é de US\$ 327 milhões, sendo que US\$ 123 milhões foram orçados para 2015 e US\$ 204 milhões para 2016. Esse montante inclui o custo estimado do terceiro poço e do sistema de coleta do SPA. A OGX P&G é responsável por 40% desse capex total estimado, o que corresponde a US\$ 131 milhões. Desses US\$ 131 milhões a Companhia já pagou cerca de US\$ 39 milhões até o dia 30 de setembro de 2015. O custo operacional total de afretamento e manutenção estimado para o SPA é de US\$ 480 mil por dia, incluindo os custos de *leasing*, serviços, logística, seguro e fundo de abandono, entre outros.

O Sistema Definitivo de Atlanta, com início previsto para 2019, prevê um total de 12 poços com pico de produção de cerca de 75 mil bbl/dia, em 2021.

Em maio de 2014, a QGEP, operadora do campo, divulgou os resultados do relatório independente de certificação de reservas do Campo de Atlanta, elaborado pela Gaffney, Cline & Associates - GCA e datado de 31 de março de 2014. O relatório apresenta reservas 1P de 147 milhões de bbl, 2P de 191 milhões de bbl e 3P de 269 milhões de bbl de óleo.

2.2 Exploração

2.2.1 Margem Equatorial (blocos da 11ª Rodada de Licitações)

Em maio de 2015 a ANP solicitou a substituição do penhor do óleo de Tubarão Martelo, como garantia para o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo ("PEM") dos blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP (POT-M-475; CE-M-603, POT-M-762; CE-M-661) e também dos blocos na bacia do Pará Maranhão (PAMA-M-591 e PAMA-M-624) por Cartas de Crédito ou Seguros Garantias.

Em relação aos blocos PAMA-M-591, PAMA-M-624, PAMA-M-443, PAMA-M-408 e PAMA-M-407, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA declarou as referidas áreas ambientalmente inviáveis, o que indica que não serão concedidas as licenças ambientais necessárias para a execução das atividades de perfuração de tais blocos. Sendo assim, os cinco blocos do PAMA foram devolvidos em 27 de maio de 2015. Ainda em relação aos blocos PAMA-M-591 e PAMA-M-624, a Companhia continua aguardando uma manifestação da ANP, tendo em vista que o Programa Exploratório Mínimo não foi cumprido em função da ausência de licenciamento ambiental.

Em 10 de abril de 2015, a Companhia assinou um acordo de *farm out* para o bloco CE-M-661, no qual detinha participação de 30%. A operação foi aprovada pela ANP em 23 de setembro de 2015.

Em 11 de setembro de 2015, a OGX assinou um acordo de *farm out* para a venda dos blocos CE-M-603 e POT-M-475, nos quais detinha participação de 50% e 65%, respectivamente. A transação de venda dos referidos blocos está pendente de análise e aprovação da ANP.

Em paralelo, a Companhia continua buscando oportunidades de *farm out* da participação de 50% detida no bloco exploratório POT-M-762 adquirido na 11ª Rodada de Licitações da ANP.

A busca por *farm outs* está alinhada com a atual estratégia da Companhia de focar nos projetos capazes de gerar caixa no curto prazo, ou seja, aqueles nas fases de produção e final do desenvolvimento da produção, ao mesmo tempo que a desonera com relação às obrigações regulatórias assumidas no PEM com a ANP.

3. Desempenho financeiro

As informações a seguir são apresentadas, em milhares de Reais, exceto quando indicado o contrário, de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Recomenda-se a leitura dessas informações juntamente com as demonstrações financeiras da OGX Petróleo e Gás S.A., coligada na qual a Companhia mantém 28,57% de participação.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	YTD Set/15	YTD Set/14	Δ (\$)	Q3/15	Q3/14	R\$ ('000)
						Δ (\$)
Despesas administrativas e gerais	(1.018)	(5.879)	4.861	(712)	(5.879)	5.167
EBITDA da operação	(1.018)	(5.879)	4.861	(712)	(5.879)	5.167
Realização do deságio	3.628	-	3.628	3.628	-	3.628
Resultado de equivalência patrimonial	(147.056)	-	(147.056)	(55.698)	-	(55.698)
EBIT	(144.446)	(5.879)	(138.567)	(52.782)	(5.879)	(46.903)
Resultado financeiro líquido	(21.436)	(7.227)	(14.209)	(12.794)	(7.227)	(5.567)
EBT	(165.882)	(13.106)	(152.776)	(65.576)	(13.106)	(52.470)
(+/-) Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
Provisão para não recuperação do IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido - Oper. Continuadas	(165.882)	(13.106)	(152.776)	(65.576)	(13.106)	(52.470)
Lucro (Prejuízo) líquido - Oper. Descontinuadas	-	9.886.907	(9.886.907)	-	9.886.907	(9.886.907)
Lucro (Prejuízo) líquido - TOTAL	(165.882)	9.873.801	(10.039.683)	(65.576)	9.873.801	(9.939.377)

(*) Com a extinção das dívidas concursais e extraconcursais aderentes ao Plano de Recuperação Judicial, através da emissão de instrumentos de patrimônio da OGX P&G, a OGPar perdeu o controle que tinha sobre a OGX P&G e conseqüentemente, seguindo as regras contábeis, deixou de consolidar os resultados desta entidade. Os resultados da OGX P&G passaram a ser apresentados na demonstração de resultados da OGPar agrupados na linha de “Resultado de Equivalência Patrimonial. Os resultados da OGX P&G pré conversão da dívida foram Para fins de comparabilidade, os resultados de 2014, anteriormente apresentados de forma consolidada, também foram desconsolidados e estão sendo reapresentados como operações descontinuadas.

No resultado acumulado da OGPar no exercício findo em 30 de setembro de 2015 destacamos:

a) Resultado de equivalência patrimonial:

	R\$ mil
- Resultado da OGX P&G em 30 de setembro de 2015	(514.719)
- Percentual de participação da OGPar na OGX P&G	28,57%
<u>Equivalência patrimonial sobre o resultado da OGX P&G:</u>	<u>(147.055)</u>
<u>Equivalência patrimonial sobre outras sociedades:</u>	<u>(1)</u>
<u>Total</u>	<u>(147.056)</u>

b) Realização do deságio:

Em 2014 a Companhia registou um deságio de R\$ 818.361 referente a marcação da participação não controladora na OGX P&G a valor justo. Esse deságio foi alocado aos ativos subjacentes da OGX P&G, os campos de Tubarão Martelo, Atlanta e Oliva e os blocos exploratórios do Pará-Maranhão.

Ainda em 2014 com o *impairment* integral de Tubarão Martelo, a Companhia realizou a parcela proporcional do deságio de R\$ 706.023. No primeiro trimestre de 2015, com o *impairment* dos blocos da bacia do Pará-Maranhão, realizou-se um deságio de R\$ 3.628.

c) Resultado financeiro:

Foi apurada uma despesa de R\$ 21.436 nos nove primeiros meses de 2015, dos quais R\$ 19.958 referem-se à variação cambial não realizada sobre os mútuos.

4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes, emitido em 16 de novembro de 2015, e com as informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2015.

5. Aderência à câmara de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da Bovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e acionistas
Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações contábeis acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Plano de Recuperação judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que em 30 de outubro de 2013, a Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial em conjunto com suas controladas, à época. Em 21 de novembro de 2013, foi deferido o processamento da recuperação judicial da Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial e de sua antiga controlada e atual investida OGX Petróleo e Gás S.A. - em recuperação judicial. Em 14 de fevereiro de 2014, a Óleo e Gás Participações S.A. e suas controladas à época apresentaram seus planos de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de suas viabilidades econômicas e laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das companhias. Em 3 de junho de 2014, em assembleia geral, os planos foram aprovados pelos credores, sendo posteriormente, em 13 de junho de 2014, homologados pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Nossa conclusão não contém nenhuma modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato que as informações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 indica que o passivo circulante excedia o ativo circulante da Companhia em R\$ 91.426 mil, e o patrimônio líquido da Companhia encontrava-se negativo em R\$ 314.619 mil. Conforme descrito na nota explicativa 1, a readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia depende do êxito do plano de recuperação judicial, bem como das ações da administração para gestão do fluxo de caixa operacional no curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levar dúvida relevante quanto à continuidade operacional da Companhia. As informações contábeis intermediárias não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas envolvidas. Nossa conclusão não contém nenhuma modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas e informações contábeis intermediárias revisadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2014 e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente do período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro 2014, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com datas de 23 de março de 2015 e 22 de dezembro de 2014, respectivamente. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	220	195
Outros créditos	6	415	1.201
Total do ativo circulante		<u>635</u>	<u>1.396</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Empréstimos com partes relacionadas	9	-	38.265
Impostos e contribuições a recuperar	8	22.300	24.221
Créditos com partes relacionadas	9	633	633
Investimentos	7	258	63.787
Total do ativo não circulante		<u>23.191</u>	<u>126.906</u>
Total do ativo		<u>23.826</u>	<u>128.302</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	2.033	6.380
Impostos e contribuições a recolher	8	13	13
Salários e encargos trabalhistas		77	3.023
Empréstimos com partes relacionadas	9	89.787	95.701
Outras contas a pagar		151	4.651
Total do passivo circulante		<u>92.061</u>	<u>109.768</u>
Não circulante			
Provisão para perda de investimentos	7	246.384	-
Total do passivo não circulante		<u>246.384</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	11	8.821.155	8.821.155
Reservas de capital	12	-	96.552
Ajustes acumulados de conversão		(166.611)	(5.662)
Prejuízos acumulados		(8.969.163)	(8.893.511)
Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(314.619)</u>	<u>18.534</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>23.826</u>	<u>128.302</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		01/07/2015 a	01/01/2015 a	01/07/2014 a	01/01/2014 a
	Nota	30/09/2015	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2014
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	13	(712)	(1.018)	(1.858)	(5.879)
Realização do deságio	7	-	3.628	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	(55.698)	(147.056)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro					
		(56.410)	(144.446)	(1.858)	(5.879)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	14	553	2.037	677	7.669
Despesas financeiras	14	(1.829)	(3.515)	(2.798)	(10.539)
Variação cambial líquida	14	(11.518)	(19.958)	(3.840)	(4.357)
		(12.794)	(21.436)	(5.961)	(7.227)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					
		(69.204)	(165.882)	(7.819)	(13.106)
Imposto de renda e contribuição social	8	-	-	-	-
Resultado de operações continuadas					
		(69.204)	(165.882)	(7.819)	(13.106)
Operações descontinuadas					
		-	-	9.365.249	9.886.907
Lucro líquido (prejuízo) do período					
		(69.204)	(165.882)	9.357.430	9.873.801
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)					
	18		(0,05126)		3,05122

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>01/07/2015 até</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 até</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 até</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 até</u> <u>30/09/2014</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	(69.204)	(165.882)	9.357.430	9.873.801
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	<u>(115.391)</u>	<u>(160.949)</u>	<u>3.356</u>	<u>(6.872)</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>(184.595)</u></u>	<u><u>(326.831)</u></u>	<u><u>9.360.786</u></u>	<u><u>9.866.929</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Participação de acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		8.821.155	79.220	91.362	(18.777.997)	(9.786.260)	51.900	(9.734.360)
Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	13	-	10.495	-	-	10.495	-	10.495
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	(6.872)	-	(6.872)	-	(6.872)
Desconsolidação da PGN:		-	-	-	-	-	-	-
Capital		-	-	-	-	-	(122.864)	(122.864)
Prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	70.964	70.964
Lucro (Prejuízos) líquido do período		-	-	-	9.873.801	9.873.801	-	9.873.801
Outros		-	-	-	16.465	16.465	-	16.465
Saldos em 30 de setembro de 2014		8.821.155	89.715	84.490	(8.887.731)	107.629	-	107.629
Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	13	-	6.837	-	-	6.837	-	6.837
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	(4.047)	-	(4.047)	-	(4.047)
Realização de ajustes acumulados de conversão		-	-	(86.105)	-	(86.105)	-	(86.105)
Lucro líquido do período	7	-	-	-	(5.780)	(5.780)	-	(5.780)
Outros	7	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		8.821.155	96.552	(5.662)	(8.893.511)	18.534	-	18.534
Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	13	-	(6.322)	-	-	(6.322)	-	(6.322)
Ajustes acumulados de conversão	7	-	-	(160.949)	-	(160.949)	-	(160.949)
Transferência do efeito das opções de ações não exercidas devido ao cancelamento		-	(90.230)	-	90.230	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	(165.882)	(165.882)	-	(165.882)
Saldos em 30 de setembro de 2015		8.821.155	-	(166.611)	(8.969.163)	(314.619)	-	(314.619)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro (prejuízo) do período nas operações em continuidade		(165.882)	9.873.801
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial		147.056	-
Resultado de equivalência patrimonial das operações descontinuadas	7	-	(3.708.041)
Ganho de capital líquido - efeito da perda de controle sobre investida		-	(6.997.227)
Ajuste a valor justo investimentos		-	818.361
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	9	21.777	(111)
Juros/encargos sobre financiamento	9	2.379	9.065
Realização de deságio	7	(3.628)	-
Outros		(3.465)	-
		<u>(1.763)</u>	<u>(4.152)</u>
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações			
Variação nos ativos e passivos			
Redução (aumento) de outros créditos e partes relacionadas	9	786	68.278
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	8	1.921	(977)
Aumento (redução) de fornecedores	10	(1.668)	(4.166)
Aumento (redução) de salários e encargos trabalhistas		(2.946)	13
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	8	-	(115)
Aumento (redução) de outras contas a pagar		(4.500)	(1.330)
		<u>(6.407)</u>	<u>61.703</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
		<u>(8.170)</u>	<u>57.551</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aumento de capital em participações acionárias	7	-	(34.824)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos			
		<u>-</u>	<u>(34.824)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamento de juros		-	(9.050)
Captações de empréstimos e financiamentos	9	10.342	117.545
Amortização de principal	9	(2.147)	(152.588)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos			
		<u>8.195</u>	<u>(44.093)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>25</u>	<u>(21.366)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		195	21.441
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>220</u>	<u>75</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>25</u>	<u>(21.366)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u> (reapresentada)
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.500	6.992.985
Valor adicionado bruto		<u>1.500</u>	<u>6.992.985</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>1.500</u>	<u>6.992.985</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Ajuste a valor justo investimento	7	-	(818.361)
Resultado de equivalência patrimonial		(147.056)	3.708.041
Realização do deságio	7	3.628	-
Receitas financeiras	14	2.037	13.134
		<u>(141.391)</u>	<u>2.902.814</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>(139.891)</u>	<u>9.895.799</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados		1.724	881
Tributos			
Impostos, taxas e contribuições		794	756
Despesas financeiras	14	23.473	20.361
Remuneração de capitais próprios			
Lucro líquido (prejuízo) do período		(165.882)	9.873.801
Valor adicionado total distribuído		<u>(139.891)</u>	<u>9.895.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

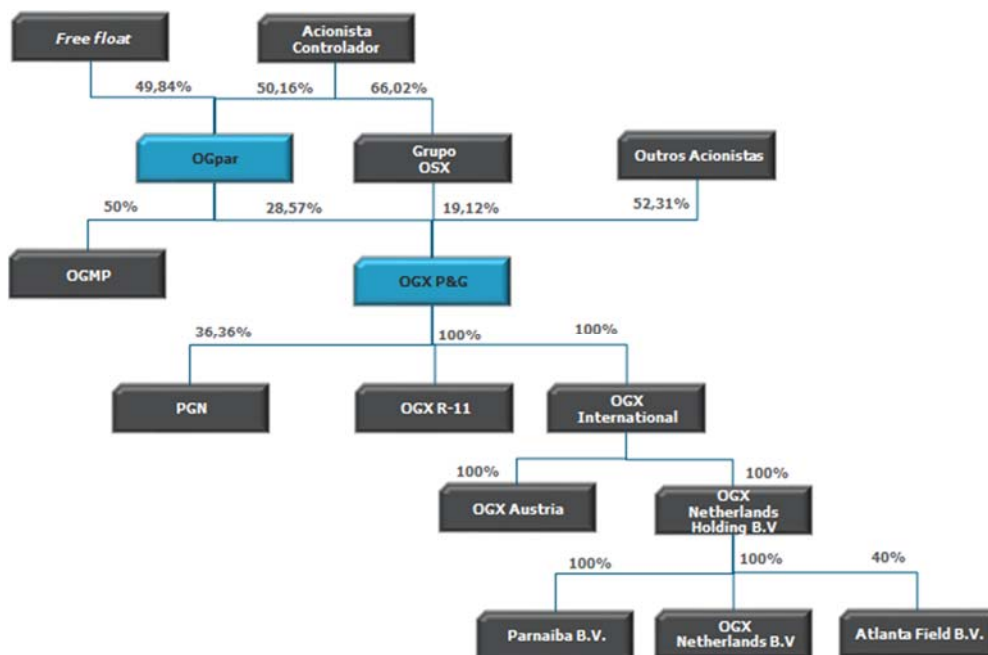
1 Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

A Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial (“OGPar” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013 para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 30 de setembro de 2014, como forma de otimizar os custos operacionais do Grupo OGPar, as participações que a Óleo e Gás Participações S.A. possuía na OGX International e na OGX R-11 foram transferidas para a OGX P&G. Ainda, em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extraconcursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatória nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014.

Diante ao exposto, em 30 de setembro de 2015 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial (“OGX P&G”): Constituída, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A OGX P&G poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades. Em 2 de julho de 2012 foi convertida em sociedade anônima e por conta da mudança do tipo societário a referência a essa companhia foi alterada de “OGX Ltda.” para “OGX P&G”.

Sucursal Colômbia (“OGX Colômbia”): Sucursal da OGX P&G, constituída em 26 de outubro de 2010 para gerir as operações dos blocos exploratórios adquiridos no país.

OGMP Transporte Aéreo Ltda. (“OGMP”): Constituída em 6 de abril de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a aquisição de aeronaves para a prestação de serviços de taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, incluindo-se as operações *offshore*. Poderá ainda participar do capital de outras sociedades. Atualmente não possui nenhum ativo imobilizado. Tem como quotistas a OGPar (50%) e a empresa ligada Eneva S.A. (50%).

Parnaíba Gás Natural S.A. (“PGN”): Constituída em 25 de setembro de 2009, sob a razão social OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda.. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da OGX P&G. Em 29 de dezembro de 2011 foi transformada de sociedade limitada em sociedade por ações. Em 10 de setembro de 2013 a OGPar transferiu as ações que detinha da PGN para a OGX P&G através de um aumento de capital. Em 30 de outubro de 2013 sua razão social foi alterada de OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. para a atual. Em 19 de fevereiro de 2014 a DD Brazil Holdings S.À.R.L. (“E.ON”) e um fundo de investimento gerido pela Cambuhy Investimentos Ltda. (“Cambuhy”) concluíram o investimento na Parnaíba Gás Natural S.A. (“PGN”), por meio de um aumento de capital, conforme previsto no Acordo de Subscrição celebrado em 30 de outubro de 2013, entre a Companhia, E.ON, Cambuhy, Eneva S.A., PGN e outros. Após a conclusão do Aumento de Capital, a OGX Petróleo e Gás S.A., tornou-se detentora de 36,36% do capital social da PGN. A Eneva, a E.ON e a Cambuhy tornaram-se detentoras de 18,18%, 9,09% e 36,37%, respectivamente, do capital social da PGN.

OGX R-11 Petróleo e Gás S.A. (“OGX R-11”): Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da OGX P&G.

OGX International GmbH - Em recuperação judicial (“OGX International”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial (“OGX Austria”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

OGX Netherlands Holding B.V. (“OGX Netherlands Holding”): Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

OGX Netherlands B.V. (“OGX Netherlands”): Constituída em 19 de março de 2010, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a OGX P&G, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Parnaíba B.V. (“Parnaíba B.V.”): Constituída em 15 de novembro de 2012, com sede em The Hague, na Holanda, possui o mesmo objeto social que a OGX Netherlands. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento para a PGN, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Atlanta Field B.V. (“Atlanta Field”): Constituída em 02 de novembro de 2012, com sede em Rotterdam, na Holanda. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento de equipamentos a serem utilizados na exploração e produção de petróleo e gás pelo Consórcio formado por OGX P&G, Queiroz Galvão E&P e Barra Energia, para atuação nos campos de Atlanta e Oliva.

1.2 Portfólio da investida OGX P&G

Campos de desenvolvimento e produção

Em 30 de setembro de 2015 a coligada OGX P&G possuía participação nos seguintes campos:

Nº	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	% OGX P&G	Fase de produção contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	OGX P&G	100%	09/05/2012 a 09/05/2039
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo	OGX P&G	100%	19/04/2012 a 19/04/2039
3	Brasil	Santos	BS 4	Atlanta	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033
4	Brasil	Santos	BS 4	Oliva	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033

Concessões exploratórias

Em 30 de setembro de 2015 a coligada OGX P&G participava das seguintes concessões exploratórias:

Nº	País	Bacia	Bloco	Operador	% OGX P&G	Fase de exploração contratual
1	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-40	Perenco	50%	(*)
2	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-41	Perenco	50%	(*)
3	Brasil	Potiguar	POT-M-475	ExxonMobil	65%	15/09/2020 (**)
4	Brasil	Potiguar	POT-M-762	ExxonMobil	50%	28/08/2020 (***)
5	Brasil	Ceará	CE-M-661	Total E&P	30%	04/08/2020 (****)
6	Brasil	Ceará	CE-M-603	ExxonMobil	50%	28/08/2020 (***)
7	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-2	OGX P&G	30%	(*****)
8	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-3	OGX P&G	30%	(*****)
9	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-4	OGX P&G	30%	(*****)

- (*) O operador apresentou proposta revisada do Plano de Avaliação da Descoberta do BM-ES-40 e do BM-ES-41
- (**) Data do fim do segundo período exploratório.
- (***) Data do fim do segundo período exploratório. Em 11/09/2015, a Companhia assinou contrato de *farm out* dessas áreas, sujeito a condições precedentes, inclusive, mas não limitado a aprovação da ANP. Pelo referido acordo, a Companhia terá os custos com *cash calls* em aberto e posteriormente emitidos pelo operador, liquidados pelo comprador e receberá R\$ 300 mil à título de remuneração pela venda da participação.
- (****) Em 10/04/2015 a Companhia assinou contrato de *farm out* do bloco exploratório CE-M-661. Pelo referido acordo, a OGX recebeu R\$ 2.095 para liquidar o *cash call* em aberto pelo operador e acordou o reembolso por parte do comprador de futuros *cash calls* emitidos após esta data. A ANP aprovou em 29 de setembro de 2015, celebrando assim a cessão dos direitos e obrigações da área.
- (*****) Em dezembro de 2014 a Agência Nacional de Hidrocarburos ("ANH") aprovou a venda de 100% dos blocos localizados nas bacias do Vale Inferior Magdalena ("VIM-5" e "VIM-19") e de 100% dos direitos econômicos dos blocos localizados nas bacias de Cesar Rancheria ("CR-2", "CR-3" e "CR-4"). A venda dos blocos CR-2, CR-3 e CR-4 prevê transferência inicial de 70% da participação nos blocos para o comprador, permanecendo a OGX provisoriamente como operadora e detentora de 30% do ativo.

1.3 Devolução de áreas da OGX P&G

Em 3 de fevereiro de 2015 a investida da Companhia OGX P&G encaminhou a ANP um ofício para notificar a devolução do campo de Rêmora, na bacia de Campos, no bloco BMC 40. A devolução desse campo cujo CAPEX já estava provisionado para perda, não afeta o *business plan* da investida, aprovado pelo Conselho de Administração no início de 2015, o qual não considerava eventuais receitas, despesas e outros gastos de Rêmora. No dia 19 de outubro de 2015 a Diretoria Colegiada da ANP aprovou a devolução do Campo de Rêmora.

Em 1º de abril de 2015 a mesma investida da Companhia informou à ANP a devolução dos cinco blocos exploratórios operados na Bacia Pará-Maranhão, pois entendeu que a atividade exploratória nesses blocos foi inviabilizada pela indefinição quanto ao licenciamento ambiental das áreas.

1.4 Recuperação Judicial

I. Processo de recuperação judicial do Grupo OGX

Em 30 de outubro de 2013 a Óleo e Gás Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("OGPar"), em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados, bem como do vencimento recente e vindouro de grande parte de seu endividamento, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação" - Processo nº 0377620-56.2013.8.19.0001), em conjunto com suas controladas, OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (OGX P&G), OGX International GmbH - Em Recuperação Judicial e OGX Austria GmbH - Em Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05 ("LFR"), em medida de urgência, mediante deliberação de seu Conselho de Administração em 30 de outubro de 2013 ("Recuperação Judicial").

A administração da OGPar e suas controladas entendeu que, diante dos desafios decorrentes de sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para a preservação da continuidade de seu negócio e proteção dos interesses da OGPar e de seus *stakeholders*.

Em 21 de novembro de 2013, o Juízo da Recuperação proferiu decisão (i) deferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação às empresas OGPar e OGX P&G, bem como (ii) indeferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX

International e OGX Austria, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0064658-77.2013.8.19.0000, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, por decisão unânime. Em 23 de julho de 2014, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público contra o referido acórdão. O recurso especial interposto pelo Ministério Público contra esse acórdão foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por decisão publicada em 02 de julho de 2015 e ainda não transitada em julgado.

Em 14 fevereiro de 2014, as companhias apresentaram, individualmente, seus respectivos planos de recuperação judicial (“Plano”) com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de viabilidade econômica; e laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das companhias. As companhias apresentaram, ainda, a relação dos credores que serão pagos nos termos e condições indicados no Plano. O edital contendo a relação de credores foi publicado em 06 de março de 2014 e os interessados apresentaram ao administrador judicial (“Deloitte”) suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados. O Plano foi aprovado pelos respectivos credores das companhias nas assembleias gerais realizadas em 3 de junho de 2014, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, conforme decisão publicada no Diário Oficial de Justiça em 26 de junho de 2014 (“Decisão Homologatória”).

II. Plano de recuperação do Grupo OGX

Em resumo, o Plano do Grupo OGX prevê os seguintes meios de recuperação: (i) a obtenção de novos financiamentos; (ii) a alienação de ativos; (iii) o redimensionamento das operações; (iv) o pagamento em dinheiro de parte das dívidas; (v) conversão de parte das dívidas em capital social da OGX P&G; e (vi) reorganização societária do Grupo OGX.

O Grupo OGX obteve a captação dos seguintes financiamentos na forma dos artigos 66 e 67 da LFR, em ordem cronológica:

- i. Empréstimos Ponte*
Empréstimos de curtíssimo prazo contraídos pela OGPar nos valores de US\$ 15 milhões e US\$ 50 milhões, utilizados para recomposição do capital de giro da OGX e quitação de obrigações junto ao Consórcio BS-4;
 - ii. Empréstimo DIP*
Concedido por credores e alguns novos financiadores, mediante a subscrição de debêntures, no montante total de US\$ 215 milhões, as quais serão convertidas em capital, na hipótese de preenchimento de determinadas condições precedentes, fazendo com que esses credores e novos financiadores se tornem acionistas da OGX (“Empréstimo DIP”); e
 - iii. Empréstimo Adicional*
No valor de aproximadamente US\$ 73 milhões, cuja principal destinação foi viabilizar a quitação de *cash calls* em aberto junto ao Consórcio BS-4, tendo em vista da importância deste ativo para a OGX.
- a. Detalhamento do Empréstimo DIP*
 - **Forma:** A OGX P&G emitiu debêntures conversíveis no valor total de US\$ 215 milhões (“Debêntures”). As Debêntures foram emitidas em 3 séries, a saber:

- i. **Debêntures 1ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de US\$ 125 milhões;
 - ii. **Debêntures 2ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de US\$ 82,5 milhões;
 - iii. **Debêntures 3ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor de US\$ 7,5 milhões.
- **Destinação:** Os recursos obtidos por meio do Empréstimo DIP foram e serão destinados ao pagamento de obrigações extraconcursais, financiamento de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para manutenção das atividades da OGX P&G, bem como para o pagamento de despesas relacionadas ao processo de Recuperação Judicial.
 - **Garantias:**
 - ✓ Alienação fiduciária sobre o petróleo e gás de titularidade da OGX P&G em qualquer dos seguintes campos de produção, respeitadas as participações da OGX P&G em cada um desses campos de produção: (a) Bloco BS-4; (b) Tubarão Martelo; e (c) Blocos POT-M-762, CE-M-661, POT-M-475 e CE-M-603;
 - ✓ Cessão fiduciária de: (a) todos os direitos creditórios oriundos da comercialização de petróleo e gás de titularidade da OGX, (b) dos direitos de crédito detidos pela OGX P&G frente à Parnaíba Gás Natural oriundos do *Shared Costs Agreement Termination and Release*, celebrado entre a OGX P&G, a Parnaíba Gás Natural e Eneva S.A., em 30 de outubro de 2013, bem como das notas promissórias emitidas pela Parnaíba Gás Natural em favor da OGX P&G relacionadas ao *Shared Costs Agreement Termination and Release*; e (c) da conta vinculada na qual será depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
 - ✓ Cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios detidos pela OGX P&G contra a União fundados no direito de reembolso pelo recolhimento a maior de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, e (b) da conta vinculada na qual serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
 - ✓ Penhor sobre os direitos emergentes da participação da OGX P&G nos contratos relacionados à concessão sobre BS-4;
 - ✓ Cessão fiduciária de, entre outros, (a) direitos de crédito detidos pela OGX contra a Cambuhy decorrentes do Contrato de Compra e Venda, (b) direitos creditórios da OGPar decorrentes de eventual subrogação nos direitos dos respectivos credores do “Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória, Em Série Única, da Parnaíba”; “Contrato de Empréstimo (Credit Agreement)”, celebrado entre Parnaíba Gás Natural, OGPar, MPX Energia S.A. e Morgan Stanley Bank, N.A.; e do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, celebrado entre OGPar, MPX Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Parnaíba Gás Natural, (c) das contas vinculadas nas quais serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
 - ✓ Cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela OGX P&G e pela OGPar oriundos de: (a) contratos de seguro; (b) litígios judiciais e extrajudiciais (inclusive na hipótese de início de

litígio contra Brasil E&P Ltda.); (c) contratos e outros instrumentos; (d) quaisquer outros direitos de crédito que não sejam objeto de outra garantia específica, e (e) cessão fiduciária sobre as contas vinculadas nas quais serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;

- ✓ Alienação fiduciária sobre ativos de titularidade de Parnaíba B.V.;
 - ✓ Cessão fiduciária sobre: (a) todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade da OGX P&G oriundos da integralização da primeira série de Debêntures sob o Instrumento de Crédito, que serão depositados em conta corrente vinculada da OGX e (b) sobre a referida conta;
 - ✓ Penhor sobre a totalidade das ações de emissão da Parnaíba B.V.;
 - ✓ Penhor de direitos de crédito detidos pela OGX Netherlands contra a MPX Energia GmbH decorrentes da alienação das ações de emissão da Parnaíba B.V.;
 - ✓ Penhor de direitos de crédito detidos pela OGX Netherlands contra a Parnaíba B.V.;
 - ✓ Penhor de recebíveis, direitos de venda e outros direitos relacionados a contrato de exportação da OGX P&G e dos Garantidores;
 - ✓ Alienação fiduciária de ações da OGX P&G e OGPar, a ser constituída entre as partes após aprovação do Plano de Recuperação;
 - ✓ Penhor sobre os direitos emergentes da participação da OGX P&G nos contratos de concessão relativos aos contratos de concessão BM-C-39 e BM-C-40 de Tubarão Martelo e aos contratos de concessão da 11ª Rodada a ser constituído entre as partes após aprovação do Plano de Recuperação; e
 - ✓ Penhor sobre ações de emissão da OGX International, OGX Austria, OGX Netherlands B.V. e OGX Netherlands Holding B.V., a ser constituído após aprovação do Plano de Recuperação.
- **Conversão em capital:** As Debêntures serão convertidas automaticamente em ações, após o cumprimento ou dispensa expressa das condições precedentes indicadas na respectiva escritura de emissão de debêntures e no contrato de subscrição (“Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures”).

b. Reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais que expressamente aderirem ao Plano

Forma

Os Planos de Recuperação Judicial previram a reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais aderentes através da conversão dos créditos em capital da OGX P&G (“Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos”).

Os credores quirografários da OGPar serão pagos em 48 parcelas fixas, iguais e mensais, com o primeiro pagamento ocorrendo no dia 30 de janeiro de 2015, e os demais pagamentos no dia 30 de cada mês, até 30 de dezembro de 2018. Os credores fornecedores da OGX P&G optaram ou não pelo recebimento de uma quantia em dinheiro correspondente a até R\$ R\$ 30 mil, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo que o referido valor foi pago em 3 parcelas fixas e mensais, com pagamentos no dia 30 de janeiro de 2015, 28 de fevereiro de 2015 e 30 de março

de 2015. Eventual saldo do crédito foi convertido em capital social da OGX P&G.

Por fim, os credores financeiros da OGPar e da OGX P&G, incluindo, mas não se limitando, aos créditos concursais detidos pelos Bondholders relativos aos Bonds 2018 e aos Bonds 2022, bem como os créditos detidos pelo Grupo OSX, seriam integralmente pagos mediante conversão dos créditos em capital da OGX P&G, desde que preenchidas determinadas condições precedentes, elencadas nos Planos.

Essa conversão dos créditos concursais e extraconcursais aderentes ocorreu em 16 de outubro de 2014. Vide item G - Status da implementação dos meios de recuperação a seguir.

Até o presente momento, o Grupo OGX não possui qualquer credor trabalhista sujeito à recuperação judicial. Na hipótese de serem reconhecidos créditos trabalhistas, por decisão judicial ou acordo entre as partes, os referidos créditos trabalhistas serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas.

Até o presente momento, o Grupo OGX não possui qualquer credor com garantia real. Na hipótese de serem reconhecidos créditos com garantia real, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, os referidos credores terão o mesmo tratamento dado aos créditos quirografários.

Os créditos detidos por partes relacionadas controladas direta ou indiretamente pela OGPar são novados pelo Plano e serão pagos em parcela única de principal devida e exigível em 20 (vinte) anos contados da data de aprovação do Plano, ou em 30 de julho de 2034, o que ocorrer por último. Adicionalmente, a OGX Áustria reconhece ser devedora da OGX P&G por força da subrogação operada em favor da OGX P&G em decorrência da entrega de ações em pagamento dos créditos concursais dos Bondholders, conforme implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito.

Valor do aumento de capital, preço unitário das ações e direito de preferência

O valor do aumento de capital corresponde ao valor da totalidade dos créditos concursais indicado na lista de credores, acrescido da totalidade dos créditos extraconcursais que aderirem ao Plano. Na hipótese de majoração na quantidade de créditos decorrente de decisão judicial transitada em julgado, a OGX P&G deverá emitir tantas ações ordinárias quanto necessário para permitir a capitalização dos novos créditos. O preço unitário das ações foi calculado de forma que os credores concursais e extraconcursais que aderiram ao Plano ficaram conjuntamente com participação equivalente a 71,43% das ações. Após a conversão das Debêntures de 1ª, 2ª e 3ª série em capital da OGX e da incorporação da OGPar pela OGX P&G (vide seção “Incorporação e OGX Reestruturada” a seguir), a participação final conjunta dos credores será de 25% das ações de emissão da OGX Reestruturada. O Aumento de Capital Mediante a Capitalização de Créditos ocorreu de forma privada, conferindo, portanto, aos acionistas da OGX direito de preferência. Os acionistas da OGX P&G renunciaram a esse direito, permitindo que a totalidade dos créditos fosse capitalizada em ações.

c. *Reestruturação Societária (Incorporação e OGX Reestruturada)*

Após a realização e implementação (i) do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito; e (ii) do Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures, as administrações da OGPar e da OGX P&G obrigam-se a adotar os atos necessários para a incorporação da OGPar pela OGX (“Incorporação”), inclusive o de propor aos respectivos acionistas a Incorporação. A Incorporação resultará uma companhia aberta com ações negociadas no segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“OGX

Reestruturada”).

A relação de troca a ser proposta aos acionistas de OGPar e OGX P&G para a Incorporação será aquela que resulte na seguinte estrutura societária final da OGX Reestruturada imediatamente após a implementação da Incorporação:

Acionistas	Participação na OGX Reestruturada
Eike Batista	1 ação
EBX	5,02%
Outros Acionistas da OGpar (na data da convocação da AGE de Incorporação)	4,98%
Novos Financiadores da 1ª Série de Debêntures	41,98%
Novos Financiadores da 2ª e 3ª Série de Debêntures	23,02%
Credores Concursais ou Extraconcursais (que aderirem ao Plano)	25,00%

O objetivo da incorporação, após realizadas as operações de capitalização previstas no Plano, é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

Bônus de subscrição

Como vantagem adicional à subscrição das novas ações da OGX P&G a serem emitidas como resultado da incorporação, os acionistas da OGpar, receberão bônus de subscrição da OGX Reestruturada com as seguintes condições: (i) prazo de exercício de 5 anos; (ii) um número de ações ordinárias a serem subscritas que representem 15% do capital social total da OGX Reestruturada, considerando um preço de emissão baseado no valor de avaliação da Companhia Reestruturada de US\$ 1,5 bilhão.

d. Alienação de bens do ativo permanente

Em 30 de outubro de 2013, a OGX P&G celebrou acordo de compra de ações com a Cambuhy Investimentos Ltda., por meio do qual a Cambuhy obrigou-se a participar do processo competitivo para a aquisição das ações de propriedade da OGX P&G no capital da PGN e a apresentar lance de aproximadamente R\$ 200 milhões. A concretização desse acordo ficou sujeita a algumas condições precedentes como a realização de um processo competitivo no âmbito da Recuperação Judicial e o trânsito em julgado da Decisão Homologatória até outubro de 2015. Em cumprimento ao quanto acordado, em 06 de agosto de 2014, a Cambuhy compareceu ao leilão designado pelo Juízo da Recuperação, nos termos do Plano de Recuperação e da LFR, e ofereceu lance no valor de R\$ 199.998.556,37 a ser reajustado por IPCA desde 30 de outubro de 2013 até a data do efetivo pagamento. Até o presente momento, a OGX P&G não recebeu qualquer indicação da Cambuhy que evidenciasse seu interesse em concluir a referida aquisição.

e. Condições resolutivas do Plano

São condições resolutivas que podem acarretar o cancelamento da aprovação do Plano e imediata convocação de nova assembleia de credores para deliberar a respeito de uma alternativa ao Plano ou a falência da OGPar: (i) a constatação, até que ocorra o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, de qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela OGPar no Plano; (ii) o descumprimento pelos acionistas diretos e indiretos da OGPar de qualquer obrigação assumida no Plano ou a prática de qualquer ato ou medida incompatível com as disposições do Plano; (iii) a não verificação

das condições precedentes para a ocorrência do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 120 dias contados da homologação do Plano ou até 30 de setembro de 2014, o que ocorrer primeiro (condição esta dispensada em assembleia geral de credores realizada em 29 de setembro de 2014); (iv) a não realização de assembleia geral extraordinária e demais atos de implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 140 dias da homologação do Plano ou até 20 de outubro de 2014, o que acontecer primeiro; (v) a não adesão ao Plano dos credores extraconcursais que sejam partes relacionadas, em especial as empresas do Grupo OSX; e/ou (vi) a não aprovação do Plano pela assembleia geral de credores, nos termos da Lei de Falências.

f. Recursos pendentes de julgamento

Não obstante tenha sido interposto recurso especial contra a decisão que admitiu o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, a Administração da Companhia, apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que o resultado de referido recurso não afetará de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano. Além disso, contra a Decisão Homologatória foram interpostos os Agravos de Instrumento n^os 0032962-86.2014.8.19.0000, 0033122-14.2014.8.19.0000, 0033135-13.2014.8.19.0000 e 0039682-69.2014.8.19.0000. Em 3 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou parcialmente procedente os Agravos de Instrumento interpostos contra a Decisão Homologatória única e exclusivamente para (i) declarar nula a cláusula no Plano que dispõe sobre a irresponsabilidade do comissário por eventual prejuízo decorrente da venda de ações, a ele outorgada pelos credores concursais e/ou credores extraconcursais, (ii) estender a ineficácia da cláusula que versa sobre o Contrato de Opção de Compra (*Put Option*) também aos credores que se abstiveram de votar ou que não compareceram às assembleias gerais de credores que deliberaram sobre os Planos. Esses quatro recursos ainda se encontram sob a apreciação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em razão de terem sido interpostos recursos especiais pelos respectivos recorrentes, os quais foram inadmitidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando atualmente em curso o prazo para que os interessados apresentem novos recursos contra as decisões de inadmissão, para acesso ao Superior Tribunal de Justiça, e respondam aos recursos dos demais. A Administração da Companhia, novamente apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que os resultados destes recursos não afetarão de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano.

g. Status da implementação dos meios de recuperação

Em 1^o de setembro de 2014, foi concluída a subscrição e o aporte das Debêntures 2^a Série do Empréstimo DIP. O prazo para subscrição e aporte das Debêntures 3^a Série do Empréstimo DIP, cuja conclusão, de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, estava prevista para 29 de agosto de 2014, foi suspenso por decisão do Juízo da Recuperação proferida na referida data, em virtude da apresentação de petição por determinados credores que embora tenham manifestado interesse em participar do Empréstimo DIP não se qualificaram, na visão da Companhia, para a subscrição das Debêntures 3^a Série, de acordo com os requisitos do Plano. Na referida petição, esses credores se limitaram a pleitear a sua participação na 3^a Série do Empréstimo DIP, não havendo, portanto, qualquer prejuízo ou efeito para os credores que já subscreveram e integralizaram as Debêntures 3^a Série do Empréstimo DIP.

Em 18 de setembro de 2014, foi concedido o Registro de Emissor - Categoria A à OGX P&G pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Em 16 de outubro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral

Extraordinária dos acionistas da OGX P&G, o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, no valor total de R\$ 862.559,86 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), com o valor de R\$ 13.800.108.189,66 (treze bilhões, oitocentos milhões, cento e oito mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos) atribuído à reserva de capital, perfazendo uma capitalização total de R\$ 13.800.970.749,52 (treze bilhões, oitocentos milhões, novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), tendo sido emitidas 86.255.986 (oitenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da OGX P&G, ao preço por ação de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), as quais foram distribuídas aos credores detentores dos Créditos, proporcionalmente ao valor de seus respectivos Créditos. A capitalização dos créditos concursais e extraconcursais foi implementada nessa mesma data. Não obstante, a AGE formalizando a extinção das dívidas através da emissão de instrumentos de patrimônio ter ocorrido em 16 de outubro de 2014, em 30 de setembro de 2014, todas as condições precedentes para a extinção das dívidas em questão já haviam sido cumpridas de forma que a conversão era mandatária nos termos dos planos de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologados pelo Juízo. Dessa forma, em 30 de setembro de 2014 a Companhia não tinha mais obrigação de liquidar os referidos passivos através da entrega de caixa ou outros ativos e por conta disso, no terceiro trimestre de 2014, eliminou essas dívidas de suas demonstrações financeiras em contrapartida de registros no capital, na reserva de capital e no resultado do exercício. Vide Nota Explicativa nº 35.

Em abril de 2015 a Companhia celebrou um Contrato de Suporte e *Standstill* com certos credores anuentes, que detém a maioria das debêntures conversíveis (DIP) e dos créditos decorrentes do *incremental facility* de US\$ 73 milhões. Esse contrato determina que, sujeito à satisfação das condições ali estabelecidas, durante o período de *standstill*, os credores anuentes se absterão de votar ou tomar qualquer medida para cobrar valores ou executar quaisquer garantias do DIP ou do *incremental facility*. O período de *standstill*, exceto se vencido antecipadamente, permanecerá em vigor até a conversão do DIP ou 15 de agosto de 2015, o que ocorresse primeiro. Em 14 de agosto de 2015, não havendo as condições estabelecidas para a conversão do DIP e/ou pagamento do *incremental facility*, por meio de Primeiro Aditamento ao Contrato de Suporte e *Standstill*, tal contrato foi prorrogado para o dia 30 de outubro de 2015. Tendo em vista que as condições e exigências não foram supridas até o dia 30 de outubro de 2015, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas para o dia 13 de novembro de 2015. A maioria dos debenturistas decidiu pela suspensão da referida Assembleia e reabertura para 25 de novembro de 2015, tendo em vista as negociações em curso acerca da venda das ações da Parnaíba Gás Natural detidas pela Companhia. A fim de incentivar os credores anuentes a celebrar o contrato, o Grupo OGX tomará medidas para preservar o valor das garantias, incluindo a participação da OGX P&G no BS-4, e a sua participação acionária na Parnaíba Gás Natural S.A.. Como parte do contrato de suporte e *standstill*, os credores anuentes no âmbito do DIP concordaram que, sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, aprovarão um acordo com a OGX P&G para a conversão do DIP em ações ordinárias da OGX P&G sob os mesmos termos e condições previstas originalmente no DIP. Tais condições precedentes incluem, dentre outras, a celebração de contratos aceitáveis para a rescisão do afretamento, operação e manutenção relacionados ao FPSO OSX-3 e FPSO OSX-1 e os custos relacionados ao abandono dos campos de Tubarão Martelo e Tubarão Azul respectivamente; o pagamento ou refinanciamento do *incremental facility*.

Destaca-se, ainda, que periodicamente a administração presta as informações requeridas pelo administrador judicial.

Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015 com Relatório dos Auditores Independentes
sobre a Revisão das Informações trimestrais - ITR

Os efeitos na OGX P&G da extinção das dívidas com a emissão de instrumentos de patrimônio estão detalhados no quadro a seguir:

Efeitos da conversão em 30 de setembro de 2014	Pós extinção das dívidas 30/09/2014	Variações	Pré extinção das dívidas 30/09/2014
Passivo			
Fornecedores	258.237	(844.632)	1.102.869
Contas a pagar para partes relacionadas	80.174	(3.726.461)	3.806.635
Empréstimos e financiamentos	762.450	(9.237.095)	9.999.545
Outras contas a pagar	-	(98.290)	98.290
	1.100.861	(13.906.478)	15.007.339
Patrimônio líquido / Passivo a descoberto			
Capital social	8.607.353	870	8.606.483
AFAC	-		-
Reservas de capital	439.740	349.366	90.374
Ajustes acumulados de conversão	(1.772)		(1.772)
Prejuízos acumulados	(5.695.511)	13.556.242	(19.251.753)
	3.349.810	13.906.478	(10.556.668)
Efeitos da conversão em 16 de outubro de 2014 - proforma	Pós extinção das dívidas 16/10/2014	Variações	Pré extinção das dívidas 16/10/2014
Passivo			
Fornecedores	258.237	(841.338)	1.099.575
Contas a pagar para partes relacionadas	80.174	(3.697.360)	3.777.534
Empréstimos e financiamentos	762.450	(9.163.983)	9.926.433
Outras contas a pagar	-	(98.290)	98.290
	1.100.861	(13.800.971)	14.901.832
Patrimônio líquido / Passivo a descoberto			
Capital social	8.607.346	863	8.606.483
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Reservas de capital	437.090	346.716	90.374
Ajustes acumulados de conversão	(1.772)	-	(1.772)
Prejuízos acumulados	(5.692.854)	13.453.392	(19.146.246)
	3.349.810	13.800.971	(10.451.161)

1.5 Situação financeira de curto prazo

Apesar do *business plan* da investida OGX P&G utilizar as melhores expectativas da administração, o mesmo está sujeito a incertezas diversas, com destaque para as financeiras (custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, etc), as operacionais (eficiência dos equipamentos e equipe de produção), as regulatórias (ex. ANP, IBAMA, legislação tributária, etc), as negociais (sucesso na alienação de ativos e rolagem, conversão ou renegociação de dívidas) e as geológicas (volume e comportamento dos reservatórios). Diante dessas incertezas significativas a geração de resultados reflexa do desempenho da investida OGX P&G e a posição de caixa podem variar significativamente em relação ao projetado.

2 Apresentação das informações trimestrais

Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As presentes informações trimestrais, preparadas considerando a continuidade normal dos negócios, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting. Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

b. Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Notas Explicativas nº 1 - Aprovação do Plano de recuperação judicial.

- Nota Explicativa nº 12 - Plano de opção de compra de ações - premissas de cálculo do *fair value*.
- Nota Explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.

e. *Informações trimestrais OGX P&G:*

Dada a relevância da coligada OGX P&G nos resultados e posição patrimonial da OGpar, a administração da Companhia sugere a leitura conjunta das informações trimestrais das duas empresas.

f. *Aprovação das informações trimestrais*

As informações trimestrais de 30 de setembro de 2015 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 16 de novembro de 2015.

3 *Resumo das principais práticas contábeis*

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais.

a. *Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. *Instrumentos financeiros*

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mantidos para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais. Nos casos de controladas e coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Companhia, converte-se (*translation*), para fins de consolidação, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em “outros resultados abrangentes”, como ajustes acumulados de conversão (*CTA*) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente. As coligadas no exterior definiram como sua moeda funcional o Dólar Norte-Americano. As coligadas no país utilizam o Real como moeda funcional.

d. Investimentos

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais individuais. Nas informações e demonstrações consolidadas, também são registrados por equivalência patrimonial, se o Grupo OGpar não tiver controle, exceto quando classificados como ativo não circulante disponível para venda. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. As informações contábeis das controladas em conjunto e da coligada são registradas nas informações trimestrais consolidadas e nas informações trimestrais individuais da controladora através do método da equivalência patrimonial.

No caso de investimentos em empresas controladas, coligadas ou controladas em conjunto com patrimônio líquido (passivo a descoberto), esses são apresentados no passivo não circulante.

Perda de controle

Caso ocorra um aumento de capital em alguma das investidas diretas ou indiretas da OGPar e esse aumento não seja acompanhado por todos os acionistas de forma a manter-se os percentuais de participação no capital pré aumento gera-se um ganho ou uma perda contábil associado a variação da participação nas outras contas de patrimônio. Caso o aumento de capital gere perda de controle, esse ganho ou perda é reconhecido no resultado do período. Adicionalmente, a participação mantida é mensurada a valor justo. Nos períodos subsequentes volta-se a aplicar a equivalência patrimonial.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

g. Benefícios a empregados e administradores

Obrigações de Curto Prazo

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas como despesas ou parte do custo do imobilizado, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido, pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas coligadas têm uma obrigação formalizada de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Pagamentos baseados em ações

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, a coligada OGX P&G possui dois planos de pagamento baseados em ações: Esses planos são contabilizados conforme descrito a seguir:

- Demonstrações financeiras das entidades beneficiadas pelo serviço prestado pelos outorgados: as opções são reconhecidas, pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado (“despesas administrativas e gerais”) e a crédito no patrimônio líquido (“reserva de capital”).
- Demonstrações financeiras da OGPar: o reflexo do lançamento original nas entidades beneficiadas é feito a débito no resultado de equivalência patrimonial e a crédito no patrimônio líquido (“reserva de capital”) da OGPar.

Todas as transações com pagamentos baseados em ações são classificadas como liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais (*equity settled*). A Companhia e suas coligadas não possuem opções de compra de ações liquidáveis em caixa.

Valor justo e apropriação

O valor justo das opções de ações é calculado, utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, individualmente para cada beneficiário, na data de outorga e é reconhecido de forma *pro-rata*, ao longo do período em que os beneficiários adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios (*vesting period*). A metodologia de cálculo do montante acumulado a ser reconhecido no patrimônio líquido pode ser expressa através da fórmula a seguir:

$$\text{Saldo acumulado a ser reconhecido} = \sum (\text{VJ unit} \times Q \times n/t)$$

VJ unit = valor justo unitário da opção de compra, determinado na data da outorga pelo modelo de *Black & Scholes*.

Q = quantidade de opções de compra outorgada.

n = número de meses incorridos desde a outorga, e limitado a t.

t = período aquisitivo, expresso em meses.

Opções anuladas (forfeiture)

Quando do não cumprimento da condição de aquisição, que nos casos de ambos os planos existentes, resume-se ao outorgado permanecer na Companhia e em suas coligadas por um pré-definido período de tempo (*vesting period*), a despesa previamente reconhecida, associada à parcela dos *vestings* futuros, é estornada a crédito de resultado e débito de reserva de capital.

Opções canceladas

Quando opções de ações são canceladas por parte da Companhia ou suas coligadas o pro rata futuro é reconhecido imediatamente no resultado do período.

Exercício das opções

Quando do exercício das opções por parte dos beneficiários, os respectivos valores justos acumulados na Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros.

Ganho mínimo garantido

Alguns planos de opção de compras de ações possuem cláusulas de garantia nas quais as coligadas da Companhia asseguram ao Outorgado um ganho mínimo no último aniversário do contrato. Caso o outorgado não obtenha esse ganho mínimo através do exercício das opções a Companhia complementa a diferença através de um desembolso de caixa. Para ter direito à totalidade do ganho mínimo contratual os outorgados devem permanecer no Grupo OGPar até cumprirem todo o período de aquisição (*vesting period*), o qual é equivalente ao período de aquisição das opções de ações. Se forem desligados antes de cumprirem o período de aquisição os outorgados terão direito apenas a uma parcela do ganho mínimo total. Essa parcela é estabelecida individualmente e aumenta progressivamente até atingir, ao final do período de aquisição, 100% do ganho mínimo. Dessa forma, o reconhecimento dessas garantias, quando aplicável, é feito à medida em que os serviços são prestados pelos empregados, e ocorre de forma similar a uma transação com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa:

- Demonstrações financeiras das entidades beneficiadas: as garantias são reconhecidas, a valor justo, a débito na demonstração do resultado (“despesas administrativas e gerais”) e a crédito de passivo.
- Demonstrações financeiras da OGPar: o reflexo do lançamento original nas demonstrações financeiras das controladas é a débito no resultado de equivalência patrimonial e a crédito de investimento.

O valor justo das garantias é remensurado ao término de cada período de divulgação e na data da liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo devem ser reconhecidas no resultado do período. A fórmula utilizada pela Companhia para apurar esse valor justo está apresentada a seguir:

$$\text{GMCont} = \text{GM} - (\text{GR} + \text{GE})$$

GMCont = ganho mínimo a ser contabilizado como um passivo.

GM = Parcela do ganho mínimo já assegurada pelo cumprimento de parte do período aquisitivo, atualizada por índice de inflação (IPCA) até a data-base.

GR = Ganho já realizado pelo outorgado, apurado pela seguinte fórmula:

$$\text{GR} = \sum [(\text{PV} - \text{PE}) * \text{QV}], \text{ onde:}$$

- PE = preço de exercício contratualmente estabelecido.
- PV = preço de venda obtido pelo outorgado ao realizar parcialmente as opções.
- QV = quantidade vendida pelo outorgado ao realizar parcialmente as opções.

GE = Ganho estimado a ser obtido pelo outorgado ao realizar as opções em aberto. Esse ganho mínimo é calculado com base na fórmula de Black & Scholes e os dados da fórmula são atualizadas a cada data de balanço.

h. Receitas e despesas financeiras

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas realizadas com instrumentos financeiros derivativos e amortização dos custos de captação. Os ganhos e perdas cambiais também são apresentados como receitas ou despesas financeiras. Os juros pagos são apresentados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

i. Reservas

Reserva de capital

Registra a apropriação dos montantes referentes aos planos de opção de compra de ações, cuja contrapartida é feita no resultado do exercício, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3 (g). Adicionalmente, o saldo desta conta também é impactado pelo exercício das opções de ações. Quando algum beneficiário exerce suas opções, o valor justo registrado em reserva de capital é reclassificado para reserva de lucros (estatutária). Esta reserva também pode ser utilizada para compensar o prejuízo líquido do exercício, remanescente após a compensação com as reservas de lucros.

Reserva estatutária (Reserva de lucros)

De acordo com o estatuto social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido, após as devidas destinações, é utilizado para criação de uma reserva estatutária, a qual não deverá exceder o valor do capital social. Esta reserva tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia. Quando o limite da reserva de lucros for alcançado, o saldo poderá ser distribuído como um dividendo adicional, se aprovado em Assembleia de Acionistas. Adicionalmente, o saldo dessa conta também é impactado pelo exercício das opções de ações. Quando algum beneficiário exerce suas opções, o valor justo registrado em reserva de capital é reclassificado para reserva de lucros (estatutária). Essa reserva também pode ser utilizada para compensar o prejuízo do exercício.

j. Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais;

Quando a Companhia emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puder ser mensurado, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. A diferença entre o valor justo reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o valor contábil do passivo financeiro é registrada no resultado do período como um ganho ou perda.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)
- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Contas Regulatórias de Diferimento)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)

- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

4 Preparação das informações trimestrais.

As informações trimestrais incluem as informações da Companhia e de suas investidas indicadas a seguir:

	<u>Percentual de participação</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Coligadas diretas:		
OGX P&G (i)	28,57	28,57
Coligadas indiretas:		
OGX R-11 (iv)	28,57	100,00
OGX International (iv)	28,57	100,00
OGX Austria (iv)	28,57	100,00
OGX Netherlands Holding (iv)	28,57	100,00
OGX Netherlands (iv)	28,57	100,00
Parnaíba B.V. (iv)	28,57	100,00
Atlanta Field (ii)	11,43	40,00
Controladas em conjunto (registradas como investimento):		
OGMP Transporte Aéreo (iii)	50,00	50,00
Ativo mantidos para vendas (Coligada OGX P&G):		
Parnaíba Gás Natural (iv)	10,38	36,36

- (i) Em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extraconcursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatória nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014.
- (ii) Controlada em conjunto pela OGX P&G (40%), a Queiroz Galvão Exploração e Produção (30%) e a Barra Energia (30%).
- (iii) Controlada em conjunto com a Eneva S.A.
- (iv) Em 30 de setembro de 2015 OGX P&G mantém participação de 100%, direta ou indireta, nessas sociedades, exceto na PGN onde a OGX P&G detém 36,33% de participação.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas e são consistentes com aquelas utilizadas na apresentação dos números do exercício anterior.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e conta-corrente	35	195
Fundo de Investimento Itaú-Unibanco	<u>185</u>	<u>-</u>
Circulante	<u>220</u>	<u>195</u>

Classificação e mensuração

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como empréstimos e recebíveis.

As aplicações financeiras, classificadas como caixa e equivalentes, são tratadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira está apresentada nos quadros a seguir.

Instituição financeira	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e conta corrente		
Caixa Interno	1	1
Bradesco	33	50
BTG Pactual	1	3
Itaú	<u>-</u>	<u>141</u>
Total de caixa e conta corrente	<u>35</u>	<u>195</u>
Fundo de investimento		
Itaú-Unibanco	<u>185</u>	<u>-</u>
Total de fundo de investimento	<u>185</u>	<u>-</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>220</u>	<u>195</u>

6 Outros créditos

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prêmio de seguros	-	785
Adiantamentos à colaboradores	<u>415</u>	<u>416</u>
	<u>415</u>	<u>1.201</u>

7 Investimentos

Investimento	30/09/2015	31/12/2014
OGX P&G		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	(137.674)	175.867
Ajuste a valor justo - perda de controle - deságio (i)	<u>(818.361)</u>	<u>(818.361)</u>
Subtotal	<u>(956.035)</u>	<u>(642.494)</u>
Realização do deságio (i)	709.651	706.023
Total (ii)	<u>(246.384)</u>	<u>63.529</u>
OGMP Transporte Aéreo		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	<u>258</u>	<u>258</u>
	<u>(246.126)</u>	<u>63.787</u>

(i) Vide Nota Explicativa nº 7 (d).

(ii) Apresentado no passivo não circulante na rubrica “provisão para perda de investimento”.

a. Movimentação do investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(9.802.884)</u>
Contribuição de capital em participações societárias	34.823
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(10.919)
Resultado de equivalência patrimonial pós a perda de controle	(781.579)
Realização do deságio - Nota 7 (d)	706.023
Resultado das operações descontinuadas (*)	9.884.526
Equivalência reflexa no patrimônio líquido (opções de ações)	17.332
Outros	<u>16.465</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>63.787</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(160.949)
Resultado de equivalência patrimonial	(147.056)
Outros	786
Equivalência reflexa no patrimônio líquido (opções de ações)	(6.322)
Realização do deságio - Nota 7 (d)	<u>3.628</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>(246.126)</u>
(*) Resultado de operações descontinuadas:	
Resultado de equivalência patrimonial até a perda de controle	3.708.041
Ganho na perda de controle sobre a OGX P&G - Vide Nota Explicativa nº 7 (d)	6.994.846
Ajuste a valor justo do investimento na OGX P&G - Vide Nota Explicativa nº 7 (d)	<u>(818.361)</u>
	<u>9.884.526</u>

Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015 com Relatório dos Auditores Independentes
sobre a Revisão das Informações trimestrais - ITR

c. Informações sobre as participações societárias

	30/09/2015				
Dados das companhias investidas	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações/quotas (i)	Patrimônio líquido (i)	Capital social (i)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício (i)
Diretas					
OGX P&G (iii)	28,57	120.758.380	(481.882)	8.607.346	(514.719)
OGMP Transp. Aéreo	50,00	8.863.334	516	8.864	(1)
Indiretas					
OGX R-11	28,57	1	(2.111.933)	622.258	(858.829)
OGX International	28,57	6.177.797	6.364	6.178	(4)
OGX Austria	28,57	1	(2.302.545)	12.695	(892.874)
OGX Netherlands Holding	28,57	18.000	248.508	667.474	32.900
OGX Netherlands	28,57	18.000	114.552	525.931	33.120
Parnaíba B.V.	28,57	4.667	11.997	6.646	1.732
Atlanta Field	11,43	10.000	328.678	235.188	(2.858)
Ativo não circulante disponível para venda (*)					
Parnaíba Gás Natural (ii)	10,38	676.301.634	726.059	619.071	290

(*) As informações da PGN referem-se a 30 de junho de 2015.

	31/12/2014				
Dados das companhias investidas	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações/quotas (i)	Patrimônio líquido (i)	Capital social (i)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício (i)
Diretas					
OGX P&G (iii)	28,57	120.758.380	618.311	8.607.346	9.921.481
OGMP Transp. Aéreo	50,00	8.863.334	517	8.864	19
Indiretas					
OGX R-11	28,57	6.177.797	6.358	6.178	190
OGX International	28,57	1	(782.673)	529.950	(791.201)
OGX Austria	28,57	1	(821.933)	7.531	(371.320)
OGX Netherlands Holding	28,57	18.000	79.450	558.022	(422.539)
OGX Netherlands	28,57	18.000	48.504	525.931	(420.141)
Parnaíba B.V.	28,57	4.667	6.555	6.646	(1.155)
Atlanta Field	11,43	10.000	76.800	65.103	140
Ativo não circulante disponível para venda					
Parnaíba Gás Natural	10,39	675.756.032	527.442	618.593	121.738

(i) Refere-se à totalidade do saldo do patrimônio líquido, do capital social, do lucro (prejuízo) líquido do exercício e da quantidade de ações/quotas.

(ii) Em 2014 a PGN deixou de ser classificada como um investimento e passou a ser registrada como ativo não circulante disponível para venda. As informações da PGN referem-se a 31 de dezembro de 2014.

(iii) Em setembro de 2014 com a conversão dos créditos concursais e extraconcursais prevista no Plano de Recuperação Judicial, a OGpar perdeu o controle da OGX P&G.

Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015 com Relatório dos Auditores Independentes
sobre a Revisão das Informações trimestrais - ITR

Os saldos dos grupos do balanço patrimonial das sociedades nas quais a OGpar, direta ou indiretamente, mantém participação em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estão demonstrados a seguir:

	No Brasil				No exterior					
	OGX P&G	Parnaíba Gás Natural (*) (**) (i)	OGX R-11	OGMP Transp. Aéreo (i)	OGX Áustria	OGX International	OGX Netherlands	OGX Netherlands Holding	Parnaíba B.V.	Atlanta Field (i)
30 de setembro de 2015										
Ativo circulante	373.945	512.460	109	206.010	82.122	74	89.023	2.042	5.428	21.620
Ativo realizável a longo prazo	15.817.113	156.372	6.329	10	12.596.638	15	34.332	166	19	1.018
Investimentos	6.364	-	-	-	-	-	-	258.020	-	-
Imobilizado	436.471	1.018.303	-	51.905	-	-	1.045	-	155.023	326.438
Intangível	572.915	20.075	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativo	17.206.808	1.707.210	6.438	257.925	12.678.760	89	124.400	260.228	160.470	349.075
Passivo circulante	2.655.050	298.832	-	261	3.677	17	47	-	-	15.474
Passivo não-circulante	15.033.640	682.319	74	-	14.977.628	2.112.005	9.801	11.720	148.473	4.923
Patrimônio líquido	(481.882)	726.059	6.364	257.664	(2.302.545)	(2.111.933)	114.552	248.508	11.997	328.678
Total passivo + patrimônio líquido	17.206.808	1.707.210	6.438	257.925	12.678.760	89	124.400	260.228	160.470	349.075
31 de dezembro de 2014										
Ativo circulante	545.783	384.680	121	402	57.036	120	59.349	1.500	3.534	11.637
Ativo realizável a longo prazo	10.696.138	120.980	6.242	1	9.134.918	13	37.379	55	-	166
Investimentos	6.358	-	-	-	-	-	-	85.777	-	-
Imobilizado	415.713	978.308	-	115	-	-	699	-	102.287	77.500
Intangível	675.065	19.063	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativo	12.339.057	1.503.031	6.363	518	9.191.954	133	97.427	87.332	105.821	89.303
Passivo circulante	1.441.697	187.612	5	1	3.453	40.324	48.924	7.881	99.266	12.503
Passivo não-circulante	10.279.049	787.977	-	-	10.010.434	742.482	-	-	-	-
Patrimônio líquido	618.311	527.442	6.358	517	(821.933)	(782.673)	48.503	79.451	6.555	76.800
Total passivo + patrimônio líquido	12.339.057	1.503.031	6.363	518	9.191.954	133	97.427	87.332	105.821	89.303

- (i) Refere-se aos saldos patrimoniais referentes à totalidade das ações/quotas existentes e não apenas à participação indireta da Companhia.
 (*) Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a PGN estava classificada como ativo não circulante disponível para venda nas informações trimestrais da OGX P&G.
 (***) As informações da coligada indireta PGN referem-se ao período findo em 30 de junho de 2015.

d. Outros

Conversão dos créditos pré-concursais, concursais e desconsolidação - OGX P&G

Em 16 de outubro de 2014 foi formalizada a aprovação da conversão da dívida da então controlada OGX P&G em instrumentos de patrimônio, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia de Credores no dia 3 de junho de 2014 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de junho de 2014.

Não obstante, em 30 de setembro de 2014, todas as condições precedentes necessárias a conversão já haviam sido cumpridas. Com o cumprimento dessas condições precedentes a conversão, no âmbito do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores da OGX P&G e homologado pelo Juízo da recuperação judicial, passa a ser mandatória. Dessa forma, em 30 de setembro de 2014 a OGX P&G já não possuía a obrigação de liquidar a dívida com a entrega de caixa ou de outros ativos e sim com a entrega de instrumentos de patrimônio. Houve, já em 30 de setembro de 2014, uma mudança no status dos instrumentos que deixaram de ser instrumentos de dívida e passaram a ser instrumentos de patrimônio. Consequentemente, a OGX P&G refletiu essa mudança de status em suas informações trimestrais de 30 de setembro de 2014.

Em decorrência dessa conversão, foram emitidas 86.255.986 ações pela OGX P&G, cujos acionistas passaram a ser:

- Credores pré-concursais: 71,43% do capital da OGX P&G
- OGPar: 28,57% do capital da OGX P&G

Com a perda do controle na OGX P&G decorrente da operação acima, a OGPar registrou em 2014 um ganho no resultado no valor de R\$ 6.994.846, efeito da redução da sua participação em 99,99% na OGX P&G, passando para 28,57%.

		<u>R\$ mil</u>
A	Patrimônio da OGX P&G antes da extinção da dívida com emissão de instrumentos de patrimônio, exceto pelo resultado de 01/01/14 a 30/09/14	9.768.808
	Participação perdida com a diluição	
	Participação anterior	99,99%
	Participação atual	<u>28,57%</u>
B	Participação perdida	<u>71,43%</u>
C = A * B	Ganho na perda de controle	6.977.860
D	Outros	<u>16.986</u>
C + D	Total (compõe o saldo de operações descontinuadas)	<u><u>6.994.846</u></u>

Houve, ainda em 2014, imediatamente após a perda de controle, a marcação a valor justo da participação não controladora da OGPar na OGX P&G, gerando um efeito (deságio) de R\$ (818.361).

Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015 com Relatório dos Auditores Independentes
sobre a Revisão das Informações trimestrais - ITR

	R\$ mil
Patrimônio da OGX P&G imediatamente após a extinção da dívida com emissão de instrumentos de patrimônio	3.349.810
Participação da OGPar na OGX P&G após a extinção da dívida com emissão de instrumentos de patrimônio	28,57%
A Subtotal I	957.041
Valor de mercado da OGX P&G imediatamente antes da conversão	485.403
Participação da OGPar na OGX P&G após a extinção da dívida com emissão de instrumentos de patrimônio	28,57%
B Subtotal II	138.679
B - A Ajuste (deságio) da participação não controladora a valor justo (compõe o saldo de operações descontinuadas)	(818.361)

Adicionalmente, em função dessa perda de controle, a OGpar deixou de consolidar os ativos, passivos e os resultados da OGX P&G e passou a apresentá-los como investimento na proporção de sua participação.

O deságio, registrado em conta contábil do grupo de investimentos da OGPar, foi alocado, através de contas de controle, ao *pool* de ativos da OGX P&G. A alocação foi feita com base no saldo do imobilizado de cada ativo de E&P, sobre o saldo total do imobilizado no momento da perda de controle. Dessa forma, R\$ 706.023 foram alocados ao campo de Tubarão Martelo, R\$ 3.628 foram alocados à bacia do Pará Maranhão e R\$ 108.710 foram alocados aos campos de Atlanta e Oliva. No quarto trimestre de 2014, com o *impairment* integral de Tubarão Martelo o deságio alocado nesse projeto foi integralmente realizado. Adicionalmente, no primeiro trimestre de 2015 a parcela do deságio alocada à bacia do Pará Maranhão foi integralmente realizada com *impairment* integral dos ativos associados a essa bacia.

8 Impostos e contribuições

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo não circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.490	2.490
IRPJ a compensar	19.806	20.966
CSLL a compensar	4	765
Total de imposto e contribuições a recuperar	22.300	24.221
Passivo circulante		
IRRF	1	6
COFINS a pagar	9	-
PIS a pagar	1	-
Outros	2	7
Total de impostos e contribuições a recolher	13	13

A conciliação da apuração de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>30/09/2015</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL	(165.882)	(165.882)
Adições/exclusões de natureza permanentes:		
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota Explicativa nº 7 (a))	147.056	147.056
Variação cambial realizada	(3.553)	(3.553)
Outros	1.595	457
	<u>(20.784)</u>	<u>(21.922)</u>
Base de cálculo para IRPJ e CSLL		
	15% +	
Alíquotas (%)	adicional 10%	9%
IRPJ e CSLL corrente e diferido	<u>5.196</u>	<u>1.973</u>
Reversão de IRPJ e CSLL corrente e diferido (*)	<u>(5.196)</u>	<u>(1.973)</u>
	-	-
Composição do IRPJ e CSLL		
IRPJ e CSLL - corrente	-	-
IRPJ e CSLL - diferido	-	-
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) Em 30 de setembro de 2015, com base nos fatos descritos na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia entende que não existe a expectativa de lucros futuros que possam suportar a realização do imposto de renda e contribuição diferidos e por isso não reconhece nenhum montante referente a este ativo.

9 Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados a seguir:

	<u>Créditos com partes relacionadas</u>		<u>Empréstimos e financiamentos (ativo)</u>		<u>Empréstimos e financiamentos (passivo)</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
OGX P&G	-	-	-	-	(89.787)	(95.548)
OGX International	633	633	-	38.265	-	(153)
	<u>633</u>	<u>633</u>	<u>-</u>	<u>38.265</u>	<u>(89.787)</u>	<u>(95.701)</u>

Os saldos em questão referem-se a mútuos.

Movimento dos empréstimos e financiamentos

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	38.265	(95.701)
Novas captações	-	(10.342)
Juros incorridos	563	(2.942)
Variação cambial	5.311	(27.088)
Amortização	-	2.147
Compensação de mútuos (*)	<u>(44.139)</u>	<u>44.139</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>-</u>	<u>(89.787)</u>

(*) Em maio de 2015 foi assinado um acordo de cessão dos créditos que a OGPar possuía com a OGX International, no valor de R\$ 44.139 para a OGX P&G. A OGX P&G passou a ser devedora da OGPar. Contudo, OGX P&G, também possuía créditos de mútuos com a OGPar (“Empréstimos com Partes Relacionadas - Ativo”) e, dessa forma, as companhias acordaram a compensação dos saldos.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores está detalhada na Nota Explicativa nº 15.

10 Fornecedores

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais	560	6.324
Fornecedores estrangeiros	<u>1.473</u>	<u>56</u>
	<u>2.033</u>	<u>6.380</u>

Saldo 30 de setembro de 2015 refere-se na sua totalidade a custos a serem pagos em até 48 parcelas mensais no âmbito da recuperação judicial.

Classificação e mensuração

Estes saldos estão classificados como “outros passivos financeiros”, não mensurados ao valor justo e estão reconhecidos pelo seu custo amortizado.

11 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

Durante o período de nove meses findo de 30 de setembro de 2015 e o exercício findo de 31 de dezembro de 2014 não ocorreram exercícios de opções de compra de ações e nem integralizações de capital na Companhia.

As tabelas a seguir demonstram a composição do capital social em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

30/09/2015 - Acionistas	Nº de ações ordinárias	Participação %
Centennial Asset Funds (*)	1.623.333.735	50,17
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	1.612.683.055	49,83
	3.236.016.790	100,00
31/12/2014 - Acionistas	Nº de ações ordinárias	Participação %
Centennial Asset Funds (*)	1.623.333.735	50,17
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	1.612.683.055	49,83
	3.236.016.790	100,00

(*) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund, ambos controlados pelo Sr.Eike Fuhrken Batista.

Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações no valor de R\$ 236.951 estão registrados em conta retificadora do capital social. Estes custos se referem à comissão e aos serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apurou-se lucro que foi integralmente destinado a cobrir os prejuízos acumulados em anos anteriores. No período findo em 30 de setembro de 2015 não foram apurados lucros e nem distribuídos dividendos.

12 Plano de opção de compra de ações

Opções outorgadas pela Companhia (“Plano da Companhia”)

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2008, aprovou um programa de opção de compra de ações de sua emissão. Através desse plano a OGX concedia aos outorgados a opção de subscrição de uma quantidade pré-definida de ações do seu capital social, em um prazo que pode variar de 3 a 7 anos, dependendo do contrato. Durante esse prazo os outorgados podiam exercer as opções através de subscrições anuais, estando sujeitos apenas às restrições de venda que constam dos contratos de opção de compra de ações (ex. períodos de *lock up*).

Devido a falta de expectativa das opções outorgadas pela Companhia retornarem ao status “in the money” no curto prazo, ou seja, não apresentarem valor de mercado superior ao valor de exercício, a administração da Companhia, no 4º trimestre de 2014, negociou com todos os

beneficiários que detinham opções do Plano da Companhia acordo compensatório para o cancelamento destes planos em troca de R\$ 0,01 por opção. Por se tratar de um cancelamento dos pacotes mediante a celebração de acordos compensatórios, o valor justo remanescente sobre os planos de opções de compra de ações negociados foi antecipado e reconhecido em sua totalidade como despesa do exercício. Ao final de 2014 já não havia opções outorgadas pela Companhia a serem exercidas.

Opções outorgadas pelo antigo Acionista Controlador (“Plano do Controlador”)

De forma a incentivar os principais executivos da Companhia e sua coligada OGX P&G e motivá-los a alcançar resultados de longo prazo, o antigo Acionista Controlador, Eike Batista, outorgou opções em favor de todos os diretores e dos principais colaboradores para compra de ações da Companhia, de sua titularidade. Os exercícios destas opções não resultariam em diluição dos demais investidores. Através desse plano o antigo Acionista Controlador concedeu aos outorgados a opção de compra de uma quantidade pré-definida de ações de sua titularidade que compõem o capital social da OGPar, em um prazo que pode variar de 5 a 10 anos, dependendo do contrato. Durante esse prazo os outorgados poderiam exercer as opções através de *vestings* anuais, estando sujeitos apenas às restrições de venda que constam dos contratos de opção de compra de ações (ex. períodos de *black out*). A única condição imposta pelo antigo Acionista Controlador para que os outorgados exercessem as suas opções é que permanecessem na Companhia até adquirirem o direito ao exercício da opção (*vesting period*).

No primeiro trimestre de 2015, os últimos beneficiários desse plano se desligaram da Companhia.

A variação na quantidade de opções outorgada pelo antigo Acionista Controlador da OGPar durante ano de 2015, está apresentada a seguir:

	<u>Quantidade de opções de compra</u>	<u>Preço de exercício médio ponderado</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	2.086.500	0,27
Anuladas (<i>Forfeiture</i>)	(2.086.500)	0,27
Opções em circulação em 30 de setembro de 2015	<u> -</u>	<u> -</u>

Os impactos contábeis associados a essas anulações estão apresentados a seguir.

Impactos contábeis dos planos de opção de compra de ações

	<u>Total OGX P&G</u>	<u>Total OGPar</u>
Valor justo acumulado em 31 de dezembro de 2014	115.225	96.552
Anuladas (<i>Forfeitures</i>)	(22.127)	(6.322)
Valor justo acumulado em 30 de setembro de 2015	<u>93.098</u>	<u>90.230</u>

13 Despesas administrativas e gerais

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Despesas com pessoal	1.860	1.025
Despesas com escritório	766	(333)
Serviços prestados por terceiros (*)	(2.417)	2.983
Custos de reestruturação	-	17
Seguros	785	-
Outros	24	2.187
	<u>1.018</u>	<u>5.879</u>

(*) Em junho de 2015 ajustamos o valor de provisões a pagar a fornecedores após renegociações que reduziram as dívidas em R\$ 2.679.

14 Resultado financeiro

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Despesas financeiras		
Juros/encargos sobre financiamento	(2.942)	(7.093)
Juros diversos (inclui provisão juros por atraso nos pagamentos)	(61)	(13)
Variações cambiais passivas	(19.958)	(4.357)
Outros	(512)	(3.433)
	<u>(23.473)</u>	<u>(14.896)</u>
Receitas financeiras		
Atualização de créditos tributários	1.471	7.238
Juros	563	-
Rendimento de aplicações financeiras	3	288
Outros	-	143
	<u>2.037</u>	<u>7.669</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(21.436)</u>	<u>(7.227)</u>

15 Remuneração dos administradores

Os administradores apresentados nesta Nota são os membros do Conselho de Administração. O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 30 de setembro de 2015 está apresentado no quadro abaixo:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Administradores (pró-labore + salários e encargos)		
Conselho de Administração (honorários + encargos)	722	880
Pro rata do planos de opção de compra de ações	-	-
Subtotal	<u>722</u>	<u>880</u>
Opções de compra de ações canceladas e anuladas	<u>(6.322)</u>	<u>-</u>
Efeito no resultado	<u>(5.600)</u>	<u>880</u>

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A OGPar é uma holding com participação direta, não controladora, na OGX P&G, com controle compartilhado sobre a OGMP e com participações indiretas, também não controladora, em outras entidades (vide Nota Explicativa nº 7). A OGpar individualmente não possui instrumentos financeiros de montantes relevantes, não obstante, sua coligada e controlada em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Comercialização da Companhia.

b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

b.1 Risco de variação de preço: petróleo

Gerenciamento de risco

A coligada OGX P&G possui política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* prevêem a utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia.

Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço

De acordo com a Política de Comercialização a coligada OGX P&G pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - New York Mercantile Exchange e ICE - Intercontinental Exchange, assim como no mercado de balcão.

Análise de sensibilidade - testes de estresse

Em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 não havia derivativos de petróleo em aberto na OGPar e nem na OGX P&G

b.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia.

Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas pela Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Análise de sensibilidade para o risco cambial

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia individualmente, não possuía ativos ou passivos relevantes expostos ao câmbio. Sua coligada OGX P&G possuía exposição cambial líquida de R\$ (2.147.950) passivos, representada, sobretudo pelo financiamento DIP e pela 2º Pré

Pagamento de exportação/ *incremental facility* (US\$ 73 milhões).

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 30 de setembro de 2015:

- Cenário I: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 25%.
- Cenário II: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 50%.

	Valor de referência	Cenário I	Cenário II
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Passivo líquido em moeda estrangeira	(540.650) (*)	(536.987)	(1.073.975)
% Participação OGpar	28,57%	28,57%	28,57%
Exposição da OGpar a exposição cambial da OGX P&G	(154.464)	(153.417)	(306.835)

(*) Corresponde a exposição cambial líquida que a OGX P&G está exposta, cujo montante de R\$ 2.147.950 esta convertido para US\$ pela taxa de fechamento de setembro de 2015 (3,9729).

(**) O saldo de ativo e passivos líquidos é negativo (dívida líquida), sobretudo em função do "passivo não circulante" que corresponde aos financiamentos do DIP e 2º PPE (US\$ 73 milhões). A OGX P&G optou por não contratar instrumento financeiro de proteção dessa exposição contábil, pois no processo de recuperação judicial, a OGX P&G não espera ter que desembolsar recursos para liquidar os DIPs (num total de US\$ 380.602 em 30 de setembro de 2015). A proposta do Plano de Recuperação Judicial é converter essa dívida em capital.

b.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Companhia não considera relevante o risco de juros em seu status atual, pois, não espera ter que liquidar seu principal passivo com juros (o DIP *Finance*), cuja expectativa é que seja convertido em capital.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o rating da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a empresa possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

Quadro de risco de crédito	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	220	195
Outros créditos (não inclui prêmio de seguros)	423	416
Empréstimos com partes relacionadas	-	38.265
Créditos com partes relacionadas	<u>633</u>	<u>633</u>
	<u>1.276</u>	<u>39.509</u>

d. Risco de liquidez

A Companhia e suas coligadas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento.

30/09/2015							
	<u>Vencido</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 meses a 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Mais que 2 anos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total dos passivos financeiros</u>
Fornecedores	-	2.033	-	-	-	-	2.033
Impostos a recolher	-	13	-	-	-	-	13
Salários e encargos	-	77	-	-	-	-	77
Contas a pagar com partes relacionadas (i)	-	-	-	-	-	89.787	89.787
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	151	151
Total	<u>-</u>	<u>2.123</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89.938</u>	<u>92.061</u>

(i) Mútuo com vencimento renovável como forma de gestão consolidada do caixa do Grupo OGPar.

17 Informações por segmento

A administração da OGpar não segrega os resultados da Companhia por segmentos. Após a perda de controle sobre a OGX P&G o resultado da OGPar passou a ser basicamente o resultado de equivalência patrimonial e outros efeitos associados às participações societárias não controladoras. O resultado da principal investida OGX P&G segmentado por bacia (segmento geológico) está apresentado nas informações trimestrais da OGX P&G.

18 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico e diluído	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Numerador básico e diluído		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(165.882)	9.873.801
Denominador básico e diluído		
Média ponderada de ações	3.236.016.790	3.236.016.790
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,05126)</u>	<u>3,05122</u>

19 Eventos subsequentes

Assinatura do contrato para venda do óleo do Campo de Atlanta

No dia 26 de outubro de 2015 a Companhia divulgou para mercado que por meio de sua subsidiária integral OGX Áustria GmbH assinou o contrato de venda de óleo (COSA - *Crude Oil Sales Agreement*) com a Shell Western Supply and Trading Ltd. ("Shell") da parte correspondente a OGX na produção para o Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo de Atlanta. O contrato assinado tem prazo de três anos, podendo ser estendido por mais um ano. A venda do óleo para a Shell será FOB no FPSO, com mecanismo de preço *netback*. O início da produção do SPA está programado para meados de 2016. Nesta primeira fase, o potencial de produção é estimado em 25 mil bbl/d, podendo atingir cerca de 30 mil bbl/d com até três poços de produção, dois dos quais já estão perfurados e equipados com árvore de natal molhada e bomba submersa. O FPSO Petrojarl I, que receberá o óleo do Campo de Atlanta durante o SPA, já está contratado.

Alienação das Ações da Parnaíba Gás Natural S.A

No dia 29 de outubro de 2015 a Companhia informou ao mercado, por meio de Fato de Relevante, que recebeu notificação da Cambuhy Investimentos LTDA. e Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações (em conjunto, "Cambuhy"), por meio da qual informaram que: "...considerando, principalmente, que as ações de emissão da Parnaíba Gás Natural S.A. ("PGN") de titularidade da OGX se encontram sub judice" a Cambuhy está impedida de consumir a aquisição das referidas ações. A notificação da Cambuhy mencionada acima fez referência à decisão judicial proferida recentemente pela 45ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, determinando a penhora das ações ordinárias emitidas pela PGN de propriedade da OGX, a pedido de Nordic Trustee ASA, na qualidade de representante de detentores de bonds emitidos pela OSX 3 Leasing BV..

Por fim, a Companhia notificou, no dia 29 de outubro de 2015, a Nordic Trustee ASA sobre a responsabilização desta por quaisquer perdas e danos que possa vir a sofrer, no que se refere ao impedimento de conclusão da aquisição, pela Cambuhy ou por qualquer terceiro, das ações de emissão da PGN que são de propriedade da OGX, em razão do comportamento contrário às leis brasileiras que a Nordic Trustee ASA e seus tomadores de decisão vêm adotando, inclusive

apresentando para apreciação do Poder Judiciário brasileiro informações errôneas e incompletas.

A esse respeito, em 05 de novembro de 2015, a Companhia divulgou novo Fato Relevante informando nova decisão que determinava o cancelamento da referida penhora, visto que o Nordic Trustee ASA deixou de informar ao juízo da 45ª Vara Cível que o arremate das ações detidas pela OGX de emissão da PGN ocorreu via leilão judicial, no âmbito do plano de recuperação judicial da OGX, e sob a supervisão do administrador judicial e do juízo competente. Adicionalmente, a Companhia informou também que vem sendo procurada por potenciais investidores interessados em adquirir as ações que possui no capital da PGN.

Prorrogação do prazo do vencimento de empréstimos e financiamentos

A Companhia divulgou Fato Relevante em 03 de novembro de 2015 informando que foi convocada Assembleia Geral dos titulares das debêntures conversíveis em ações (*DIP Finance*), realizada em 13 de novembro de 2015, para deliberar sobre a prorrogação do prazo do "Instrumento Particular de Compromisso de Não Fazer", celebrado em 14 de maio de 2015, entre a OGX, a OGPAr e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, dentre outros. No mesmo sentido, as Companhias também negociaram a prorrogação do Contrato de Pré-Pagamento à Exportação celebrado em 9 de abril de 2014 (2º PPE / *Incremental Facility*).

De acordo com Fato Relevante em 13 de novembro de 2015, tendo em vista as negociações em curso acerca da venda das ações da Parnaíba Gás Natural detidas pela Companhia, os debenturistas participantes da Assembleia decidiram pela suspensão da referida e reabertura para próximo dia 25 de novembro de 2015.

Grupamento das Ações da Companhia e consequentes desdobramentos

I. Grupamento de Ações

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 12 de novembro de 2015, a Administração da Companhia propôs e obteve a aprovação do referido conselho, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, proposta essa que será oportunamente submetida à apreciação da assembleia geral de acionistas da Companhia, refletindo os seguintes termos e condições:

II. Tratamento conferido a eventuais frações

(a) Doação de ações pelo acionista controlador

Frações de ações detidas por acionistas da Companhia como resultado do grupamento de ações serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente pelo acionista controlador da Companhia, Sr. Eike Fuhrken Batista, de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento aprovado. A realização de referida doação estará condicionada à obtenção de aprovações de credores que tenham como garantias referidas ações.

(b) Leilão de frações de ações

Caso não sejam obtidas as aprovações para a realização da doação acima mencionada, as eventuais frações de ações serão separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, e os valores resultantes dessa alienação serão colocados à disposição dos acionistas na proporção das frações detidas.

Para tanto, uma vez aprovado o grupamento das ações pela assembleia geral de acionistas da Companhia, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação de um Aviso aos Acionistas a ser divulgado após a realização da referida assembleia, para que os acionistas detentores de ações fracionadas decorrentes do grupamento possam ajustar suas posições em lotes que sejam múltiplos do fator de grupamento, mediante negociação na BM&FBOVESPA, de forma que permaneçam integrando o quadro acionário da Companhia com pelo menos 1 (uma) ação inteira pós-grupamento. Após decorrido referido prazo de 30 (trinta) dias, as eventuais frações de ações ainda resultantes do grupamento serão agrupadas em números inteiros e vendidas em leilões na BM&FBOVESPA, em até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo acima referido, sendo o produto da venda rateado proporcionalmente aos titulares das frações, após a liquidação financeira.

III. GDR

Simultaneamente e em decorrência do grupamento de ações, após sua aprovação pela assembleia geral de acionistas, os Global Depositary Receipts (GDRs) emitidos pela Companhia serão proporcionalmente grupados.

IV. Alteração do Estatuto Social da Companhia

Na assembleia geral de acionista que vier a deliberar sobre o grupamento de ações, será ainda colocada em votação uma proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia após o grupamento. A Companhia reforça o seu compromisso em manter o mercado informado a respeito da proposta de grupamento das ações, bem como dos procedimentos de operacionalização e efetivação do grupamento.

Penhora da receita financeira líquida referente à venda do óleo e do faturamento da OGX

Em 16 de novembro de 2015 a Companhia informou ao mercado através de Fato Relevante, que a pedido de Nordic Trustee ASA ("Nordic"), na qualidade de representante de detentores de bonds emitidos pela OSX 3 Leasing BV, o Juízo da 45ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro determinou (i) a penhora da receita financeira líquida da venda de petróleo pela OGX, devendo a companhia compradora proceder o depósito em favor do Juízo da quantia em dinheiro equivalente a 365.000 barris de petróleo, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do mandado de penhora e (ii) a penhora de 5% do faturamento mensal líquido das Companhias.

A esse respeito, a OGX informou estar adotando todas as medidas necessárias à reversão da referida decisão judicial.

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Pedro de Moraes Borba
Presidente

Paulo Narcélio Simões Amaral
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores e Diretor de Exploração e Produção

Julio Alfredo Klein Junior

Gunnar Gonzalez Pimentel

Membros independentes

Controller e Contador responsável

Adriano Salviato Salvi

Dennis Hochman
CRC-RJ 122702/O-4

Jorge Rojas Carro

Renato Paulino de Carvalho Filho

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanco Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanco Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

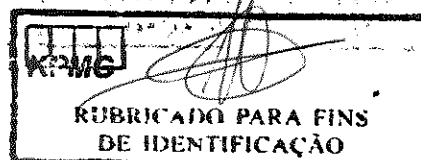
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
--------------------------------	---

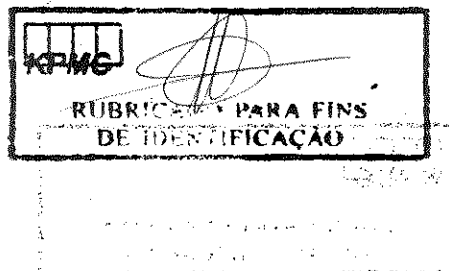
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---



Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.236.016.790
Preferenciais	0
Total	3.236.016.790
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

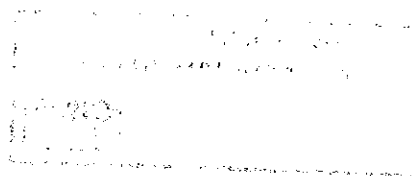
Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	23.826	128.302
1.01	Ativo Circulante	635	1.396
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	220	195
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	415	1.201
1.01.08.03	Outros	415	1.201
1.01.08.03.20	Outros créditos e despesas Antecipadas	415	1.201
1.02	Ativo Não Circulante	23.191	126.906
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.933	63.119
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	633	633
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.300	62.486
1.02.01.09.03	Tributos Não-Correntes a Recuperar	22.300	24.221
1.02.01.09.04	Empréstimos com partes relacionadas	0	38.265
1.02.02	Investimentos	258	63.787



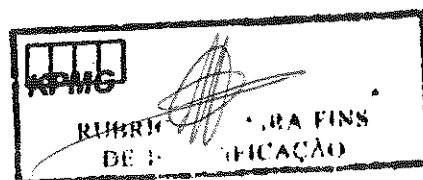
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total		
2.01	Passivo Circulante	23.826	128.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	92.061	109.768
2.01.02	Fornecedores	77	3.023
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.033	6.380
2.01.05	Outras Obrigações	13	13
2.01.05.02	Outros	89.938	100.352
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	89.938	100.352
2.01.05.02.06	Empréstimos com partes relacionadas	151	4.651
2.02	Passivo Não Circulante	89.787	95.701
2.02.04	Provisões	246.384	0
2.02.04.02	Outras Provisões	246.384	0
2.02.04.02.04	Provisão para perda de investimentos	246.384	0
2.03	Patrimônio Líquido	-314.619	18.534
2.03.01	Capital Social Realizado	8.821.155	8.821.155
2.03.02	Reservas de Capital	0	96.552
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.969.163	-8.893.511
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-166.611	-5.662



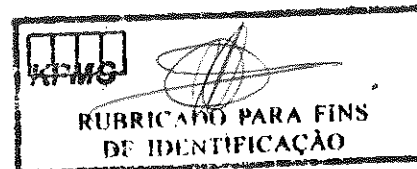
**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-56.410	-144.446	-1.858	-5.879
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-712	-1.018	-1.858	-5.879
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	3.628	0	0
3.04.05.03	Realização de deságio	0	3.628	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-55.698	-147.056	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-56.410	-144.446	-1.858	-5.879
3.06	Resultado Financeiro	-12.794	-21.436	-5.961	-7.227
3.06.01	Receitas Financeiras	553	2.037	677	7.669
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.347	-23.473	-6.638	-14.896
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-69.204	-165.882	-7.819	-13.106
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-69.204	-165.882	-7.819	-13.106
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	9.365.249	9.886.907
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-69.204	-165.882	9.357.430	9.873.801
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	-0,05126	0,00000	3,05122
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00000	-0,05126	0,00000	3,05122



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-69.204	-165.882	9.357.430	9.873.801
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-115.391	-160.949	3.356	-6.872
4.02.01	Ajustes de conversão período	-115.391	-160.949	3.356	-6.872
4.03	Resultado Abrangente do Período	-184.595	-326.831	9.360.786	9.866.929



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.170	57.551
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.763	-4.152
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-165.882	9.873.801
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	147.056	0
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial das operações descontinuadas	0	-3.708.041
6.01.01.05	Ganho de capital líquido - efeito da perda de controle sobre investida	0	-6.997.227
6.01.01.06	Ajuste a valor justo dos investimentos	0	818.361
6.01.01.07	Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	21.777	-111
6.01.01.08	Juros/encargos sobre financiamento	2.379	9.065
6.01.01.09	Realização de deságio	-3.628	0
6.01.01.10	Outros	-3.465	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.407	61.703
6.01.02.01	Redução (aumento) de outros créditos e partes relacionadas	786	68.278
6.01.02.02	Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	1.921	-977
6.01.02.04	Aumento (redução) de fornecedores	-1.668	-4.166
6.01.02.05	Aumento (redução) de salários e encargos trabalhistas	-2.946	13
6.01.02.06	Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	0	-115
6.01.02.09	Aumento (redução) de outras contas a pagar	-4.500	-1.330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-34.824
6.02.03	Aumento de capital em participações acionárias	0	-34.824
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.195	-44.093
6.03.02	Amortização do principal	-2.147	-152.588
6.03.03	Captações de empréstimos e financiamentos	10.342	117.545
6.03.04	Pagamento de juros	0	-9.050
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25	-21.366
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195	21.441
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	220	75



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**


Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.04.08	Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-165.882	-160.949	-326.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-165.882	0	-165.882
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-160.949	-160.949
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-160.949	-160.949
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-90.230	0	90.230	0	0
5.06.04	Transferência do efeito das opções de ações não exercidas devido ao cancelamento	0	-90.230	0	90.230	0	0
5.07	Saldos Finais	8.821.155	0	0	-8.969.163	-166.611	-314.619



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	79.220	0	-18.777.997	91.362	-9.786.260
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	79.220	0	-18.777.997	91.362	-9.786.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.495	0	0	0	10.495
5.04.08	Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	0	10.495	0	0	0	10.495
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.890.266	-6.872	9.883.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.873.801	0	9.873.801
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	16.465	-6.872	9.593
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6.872	-6.872
5.05.02.06	Outros	0	0	0	16.465	0	16.465
5.07	Saldos Finais	8.821.155	89.715	0	-8.887.731	84.490	107.629

KPMG

 RUBRICADA PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/09/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	1.500	6.992.985
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.500	6.992.985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.500	6.992.985
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.500	6.992.985
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-141.391	2.902.814
7.06.02	Receitas Financeiras	-147.056	3.708.041
7.06.03	Outros	2.037	13.134
7.06.03.02	Ajuste a valor justo investimento	3.628	-818.361
7.06.03.03	Realização do deságio	0	-818.361
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.628	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-139.891	9.895.799
7.08.01	Pessoal	-139.891	9.895.799
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.724	881
7.08.01.02	Benefícios	1.587	880
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	137	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	794	756
7.08.03.03	Outras	23.473	20.361
7.08.03.03.01	Despesas financeiras, juros, variação cambial e outros	23.473	20.361
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.473	20.361
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-165.882	9.873.801
		-165.882	9.873.801

